



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BALANÇO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO BIÊNIO 2005-2006

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



BRASÍLIA 2007



Sumário

Apresentação	7
---------------------------	----------

1.0 – Matérias aprovadas em Plenário	9
---	----------

Destaques de 2005

· Brinquedotecas em hospitais (PL 2087/99)	10
· Exclusão do termo “mulher honesta” do Código Penal (PL 0117/2003)	10
· Lei de Biossegurança (PL 2401/2003)	11
· Garantia de acompanhante às parturientes no SUS (PL 2915/2004)	12
· Consórcios Públicos (PL 1071/1999)	13
· Microcrédito (MP 0226/2004)	13
· Incentivo ao Biodiesel (MP 227/2004)	14
· Correção do Imposto de Renda (MP 0232/2004)	16
· Ampliação do ProUni (MP 0238/2005)	16
· PEC Paralela da Previdência (PEC 0227/2004)	18
· MP do Bem (MP 252/05)	20

Destaques de 2006

· Fim do pagamento da convocação extraordinária – (PDC 1109/2004)	22
· Redução do recesso parlamentar – (PEC 347/1996)	23
· Florestas Públicas (PL 4776/2005)	23
· Minirreforma eleitoral (Lei 11.300)	24
· Proteção às mulheres (PL 4559/2004)	26
· Timemania – (PL 5524/2005)	27
· Parlamento do Mercosul e Focem (PDC 2266/06 e 2238/06)	28
· Fim do voto secreto (PEC 349/01)	28
· Fundeb (PEC 536/1997)	29
· Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (PL 6272/2005)	30

2.0 – Matérias aprovadas nas Comissões	32
2.1 Destaques das Comissões Permanentes	33
2005	
· Violência contra a mulher é debatida por seis comissões	33
· Direitos Humanos realiza seminário sobre comunicação	34
· Ciência e Tecnologia critica contingenciamento do Fust	35
· Produtores rurais anunciam grave crise no setor	36
· Debate sobre educação pede oportunidade para minorias	37
· Frentes parlamentares se dividem sobre referendo das armas	37
2006	
· Direitos Humanos debate crimes na internet	38
· Direitos Humanos e a campanha contra baixaria na TV	39
· Relações Exteriores discute crise do gás boliviano	40
· Grupo Parlamentar e comissões avaliam crise da Varig	41
· Rebeliões em presídios de São Paulo repercutem em várias comissões	41
· Congresso aprova primeiro projeto de iniciativa popular	42
2.2 Destaques das Comissões Especiais	43
2005	
· Agentes comunitários de saúde (PEC 7/03)	43
· Estatuto do Desporto (PL 4874/01)	43
2006	
· Saneamento básico (PL 1144/03)	44
· Adição de farinha de mandioca à farinha de trigo (PL 4679/01)	45
· Sudene, Sudam, e Sudeco (PLs 76/03, 22/03 e 184/04)	45
2.3 CPIs e CPMIs	47
2005	
· CPI do Extermínio no Nordeste	47
2006	
· CPMI da Emigração Ilegal	48
· CPI da Biopirataria	49

· CPI do Tráfico de Armas	49
2.4 Atuação do Conselho de Ética no combate à corrupção	50
2006	
· CPMI dos Correios	52
· CPMI dos Sanguessugas	53
3.0 – Atuação da Presidência	54
· Severino Cavalcanti	54
· Aldo Rebelo	59
4.0 – Aconteceu na Câmara	67
· Coleção <i>Conhecendo o Legislativo</i> explica a Câmara	67
· Câmara sedia Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA)	67
· Parlamentares do mundo todo discutem inclusão digital na Câmara	68
· Portal da Câmara disponibiliza coleção completa de normas legais	69
· Câmara ajuda parlamentos de países de língua portuguesa	70
· Parlamento Jovem se reúne em 2005 e 2006	72
· EcoCâmara vira referência em gestão ambiental	73
· Câmara promove seminário sobre a Voz do Brasil	74
· Câmara discute criação de <i>Livro das Línguas</i>	74
· Exposição histórica lembra o legado cultural de JK	75
· Câmara homenageia os construtores do Brasil	76
· Anuário Estatístico detalha o trabalho legislativo	77
· Conselho propõe mudança na política econômica do País	78
· Constituição para ouvir	80
· Invasão na Câmara causa tumulto e deixa 24 feridos	80
· Câmara corta 49% dos CNEs e restringe contratações	81
· Câmara apóia VI Congresso Brasileiro de Comunicação no Serviço Público.....	82
· Crianças realizam sessão plenária para lançar o novo Plenarinho	83
· Agência Câmara reformula <i>site</i>	84
· Votação Eletrônica é instituída	85
· Ariano Suassuna estréia o programa Personalidade	86

- TV Câmara: transparência até nas instalações 87
- Congresso, STF e Radiobrás fazem parceria para instalar TV Digital 88
- Aula magna inaugura pós-graduação na Câmara 89
- Câmara faz exposição na UnB sobre 117 anos da República 89

5.0 – A Câmara e seus Serviços 91

- Câmara dos Deputados
- Secretaria-Geral da Mesa
- Central de Comunicação Interativa - Disque-Câmara
- Secretaria de Comunicação Social
- Visitação
- Ouvidoria Parlamentar

Outros serviços 92

- Auditório Nereu Ramos
- Biblioteca
- Central de Atendimento do Centro de Documentação e Informação - Cedi
- Departamento de Polícia Legislativa - Depol
- Departamento Médico
- Diretoria-Geral
- Diretoria Legislativa
- Serviço de CPIs

Apresentação

Este balanço refere-se às atividades da *Câmara dos Deputados no Biênio 2005-2006* e foi elaborado para atender a três objetivos:

- (1) dar continuidade à memória da instituição, pelo registro das propostas, atividades e resultados mais significativos no período;
- (2) apresentar os dados qualitativos e quantitativos que possibilitem refletir sobre sua atuação como instituição estratégica no campo da política; e
- (3) prestar contas de suas ações às instituições parceiras e principalmente à sociedade em geral.

O documento registra as iniciativas e ações da *Câmara dos Deputados no Biênio 2005-2006*, colocando em relevo a prática da Casa no cumprimento de suas funções primordiais para a consolidação da democracia: representar o povo brasileiro, legislar sobre os assuntos de interesse nacional e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

Essa missão é cumprida mediante discussão e aprovação de propostas referentes às áreas econômicas e sociais - educação, saúde, transporte, habitação, entre outras -, sem descuidar do correto emprego dos recursos públicos pelos poderes da União.

A análise da atuação da *Câmara dos Deputados* a cada biênio é um exercício indispensável ao aperfeiçoamento de sua missão institucional e do seu papel como organismo representante da sociedade. Nesse sentido, os resultados obtidos e as ações realizadas devem ser creditados à atuação parlamentar dos 513 deputados com a participação, colaboração e disponibilidade de todos os funcionários da Câmara - diretores, assessores, assessores técnicos legislativos, consultores, assistentes administrativos e estagiários, bem como das organizações da sociedade civil com as quais a Casa desenvolve atividades.



1.0 – Plenário

Matérias aprovadas em Plenário

Os temas das propostas analisados pelo Plenário da Câmara em 2005 foram variados e trataram de grandes temas como Lei de Biossegurança; Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado; correção do Imposto de Renda; MP do Bem; incentivo ao Biodiesel e a PEC Paralela da Previdência.

Redução do recesso parlamentar; Lei Geral da Micro e Pequena Empresa; Timemania e aumento da pena para agressores de mulheres, entre outras matérias, estão entre as principais propostas aprovadas em 2006.

Em 2005 e 2006, o Plenário da Casa apreciou 1.001 projetos. Foram realizadas 585 sessões no Plenário, incluindo ordinárias (326), extraordinárias (140) e solenes (114).

O quadro estatístico abaixo aponta o número e o tipo de sessões realizadas e de proposições apreciadas.

	2005	2006	Total
1. Sessões realizadas	332	253	585
Sessão preparatória - Eleição da Mesa	1	-	1
Sessões ordinárias deliberativas	85	64	149
Sessões ordinárias não deliberativas	86	91	177
Sessões deliberativas extraordinárias	64	76	140
Sessões deliberativas extraordinárias	64	76	140
Sessões deliberativas extraordinárias	64	76	140
Sessões deliberativas extraordinárias	64	76	140
Comissões gerais	2	2	4
2. Matérias aprovadas pelo Plenário	178	168	346
Proposta de Emenda à Constituição	1	6	7
Medida Provisória	36	60	96
Projeto de Lei Complementar	2	6	8
Projeto de Lei	34	37	71
Projeto de Decreto Legislativo	97	46	143
Projeto de Resolução	4	9	13
Representação, eleição, etc	4	4	8
3. Matérias rejeitadas pelo Plenário	3	11	14
4. Outras matérias aprovadas/rejeitadas pelo Plenário	260	381	641
5. Total de matérias apreciadas pelo Plenário	441	560	1001

Destaques 2005

Brinquedotecas em hospitais

Em fevereiro de 2005, a Câmara aprovou o Projeto de Lei nº 2.087/99, que torna obrigatória a instalação de brinquedotecas em hospitais públicos. Em passagem pelo Senado, a proposta da deputada Luiza Erundina (PSB-SP) recebeu o caráter de obrigatoriedade. Os senadores estipularam também penalidades de advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa para os que não cumprirem a determinação.

Conforme estabelece a lei, brinquedoteca é o espaço provido de brinquedos e jogos educativos destinado a estimular as crianças e seus acompanhantes a brincar. A importância desse estímulo foi discutida em agosto de 2005, no seminário *Brinquedoteca: A Importância do Brinquedo na Saúde e na Educação*, promovido pela Comissão de Legislação Participativa.

Especialistas que participaram do evento destacaram que, apesar de não haver comprovação científica de que brincar aumenta o tempo de vida de meninos e meninas com câncer ou com outra doença grave, é possível perceber que as atividades lúdicas melhoram a qualidade de vida da criança.

Exclusão do termo “mulher honesta” do Código Penal

Em 2005, ano instituído pelo Parlatino como Ano da Mulher Latino-americana e Caribenha, a Câmara continuou com seu trabalho de ampliação dos direitos das mulheres iniciado em 2004 - Ano da Mulher no Brasil.

Em fevereiro, o Plenário da Casa aprovou o Projeto de Lei nº 0117/2003 que tirou do Código Penal Brasileiro expressões discriminatórias, como “mulher honesta”, e que suprimiu o artigo que qualifica adultério como crime. Também mereceu destaque o Projeto de Lei nº 2.518/03, da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ), que criou os juizados especiais para violência doméstica.



Lei de Biossegurança

Em 2005, o Congresso foi palco do maior embate pela regulamentação da pesquisa científica já travado no Brasil. No dia 2 de março, a Câmara aprovou a nova Lei de Biossegurança (11105/05), um marco na participação da comunidade científica no debate parlamentar.

O principal ponto de disputa em torno do projeto era a utilização de células-tronco embrionárias em experimentos científicos. Essas células, por darem origem a todas as partes do corpo, têm o potencial de substituir tecidos danificados, inclusive do cérebro.

Outros pontos polêmicos do projeto eram a liberação definitiva do plantio de soja transgênica e a pesquisa com organismos geneticamente modificados no País.

A utilização de embriões humanos tinha como maiores opositores setores religiosos, que viam na medida uma relação com o aborto. Mas como o projeto estabelecia o uso apenas de células de embriões inviáveis, congelados há mais de três anos em bancos, e exigia a autorização dos genitores, a medida foi aprovada. A lei proíbe expressamente a clonagem humana. O Brasil já usa células-tronco da medula óssea e do cordão umbilical para tratamento de doenças.

Durante toda a votação, cientistas e pacientes que poderiam se beneficiar com o tratamento baseado na pesquisa estiveram na Câmara para defender a liberação.

Liberação de R\$ 11 milhões para pesquisa com células-tronco financiou 41 projetos

O estudo das células-tronco tem sido comemorado como a futura revolução da medicina. O Brasil está à frente dos Estados Unidos, por exemplo. A administração George Bush proibiu o investimento público em pesquisas com embriões humanos, por motivos religiosos.

Com a liberação de R\$ 11 milhões pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, o primeiro edital brasileiro específico para pesquisa com células-tronco financiou 41 projetos inovadores na área. A maioria desses projetos lida com células-tronco adultas, recolhidas principalmente do cordão umbilical e da medula óssea, mas alguns centros já começaram a pesquisa com embriões, com a permissão da nova lei.

Garantia de acompanhante às parturientes no SUS

No Dia Internacional da Mulher em 2005, celebrado em 8 de março, a Câmara votou em Plenário temas de interesse feminino. Um dos principais itens da pauta desse dia foi o Projeto de Lei nº 2.915/04, do Senado, que garante às parturientes o direito à presença de acompanhante durante todo o trabalho de parto e pós-parto, nos hospitais da rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

Transformado na Lei 11108/05, o texto determina que ações que viabilizem o exercício desse direito serão regulamentadas posteriormente, e ainda que o descumprimento da nova lei constituirá crime de responsabilidade e sujeitará os infratores às penalidades previstas na legislação.

Consórcio Público

O Plenário da Câmara aprovou em 2005 o Projeto de Lei nº 1.071/99, do deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), que estabelece normas gerais para a celebração de consórcios públicos entre os entes federados (União, estados, Distrito Federal e municípios).

Com a lei, fica estabelecido que os consorciados deverão firmar previamente um protocolo de intenções e posteriormente um contrato. No protocolo, deverá constar a finalidade, o prazo de duração, os casos de contratação por tempo determinado e a autorização para gestão associada de serviços públicos, dentre outros aspectos.

O consórcio funcionará por meio de uma pessoa jurídica criada especificamente para esse fim, sob a forma de associação pública se obedecer ao direito público, ou com o atendimento da legislação civil se for de direito privado. No primeiro caso, ele integrará a administração indireta de todos os entes consorciados e, no segundo caso, obedecerá às normas de licitação, contratação de pessoal e outras referentes ao direito privado.

As mudanças previstas no projeto eram uma reivindicação antiga de prefeitos que, na prática, já usavam o mecanismo de atuação comum com estados e União, especialmente na área de Saúde. Não havia, no entanto, legislação sobre o assunto, o que impedia maior eficácia para atuação conjunta dos entes federados e investimentos de recursos públicos nessa modalidade de gestão.

Microcrédito

A Câmara aprovou em abril de 2005 a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), destinado à implantação ou melhoramento de negócios com renda anual bruta de até R\$ 60 mil. O objetivo do programa é incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares. A matéria foi sancionada pelo Presidente da República no dia 25 do mesmo mês.

O programa reorganizou a experiência de microcrédito no Brasil, que já era praticada, entre outras instituições, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Banco Popular do Brasil (subsidiário do Banco do Brasil). O PNMPO é coordenado por um comitê interministerial composto por representantes dos ministérios do Trabalho e Emprego; da Fazenda; e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Taxas de juros de até 4% ao mês e prazo de pagamento de 24 meses.

O contrato de empréstimo é baseado no relacionamento direto entre o pequeno empreendedor e a instituição financeira, e as garantias reais das operações podem ser substituídas por formas alternativas a serem definidas pelas instituições financeiras. Os valores emprestados podem chegar a R\$ 10 mil, mas 80% dos recursos disponíveis são destinados a repasses de até R\$ 5 mil. As taxas de juros são de até 4% ao mês e o prazo de pagamento é de 24 meses. Durante o período do contrato, o contato com o empreendedor deverá ser mantido para acompanhamento e orientação voltados à melhor aplicação do dinheiro.

A Lei 11110/05, que criou o programa, teve origem na Medida Provisória 226/04. A MP tramitou quase cinco meses no Congresso Nacional. Os deputados apresentaram 23 emendas, das quais nove foram aprovadas. No Senado Federal, foram aprovadas mais sete emendas, que foram mantidas pela Câmara na votação final.

O relator da matéria na Câmara, deputado Heleno Silva (PL-SE), apresentou parecer que incorporou as emendas consensuais entre os parlamentares e a Casa Civil da Presidência. Entre as mudanças feitas, está a retirada do dispositivo que permitia que o programa só pudesse ser executado por instituições que já trabalham com o microcrédito. O relator também incluiu os bancos de desenvolvimento e as agências de fomento entre as instituições financeiras repassadoras dos recursos. Foram alterações pontuais, resultantes de entendimento político.

Incentivo ao Biodiesel

Em 2005, a população brasileira viu surgir no País o mercado de biodiesel. A novidade tornou-se possível com a aprovação de duas medidas provisórias transformadas em lei em 2005, após ampla discussão no Congresso. A primeira delas foi a MP 214/04, que introduziu o biodiesel na matriz energética brasileira. As modificações promovidas pelos deputados no texto encaminhado pelo Executivo resultaram na criação de uma política pública para esse tipo de combustível. A complementação veio com a MP 227/04, que instituiu um modelo tributário para o setor.



O texto da Medida Provisória 214/04 encaminhado ao Congresso propunha apenas uma definição legal para esse tipo de combustível e estabelecia que a ANP seria o órgão responsável pela regulação, autorização e fiscalização das atividades relacionadas ao biodiesel. Foi na análise da medida pelo Congresso que o texto ganhou maior abrangência.

O relator da MP na Câmara, deputado Betinho Rosado (PFL-RN), preparou um Projeto de Lei de conversão em que incorporou emendas apresentadas pelos deputados e sugestões contidas no Projeto de Lei nº 3.368/04, elaborado no âmbito do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Casa. A proposta apresentada por Rosado introduziu a obrigatoriedade de adição de pelo menos 5% de biodiesel ao óleo diesel derivado de petróleo. De acordo com o texto aprovado, o prazo para cumprimento dessa obrigatoriedade é de oito anos, sendo que já a partir de 2008 terá de ser adicionado um percentual mínimo intermediário de 2%.

Também foi a Câmara que estabeleceu que recursos dos royalties do petróleo podem ser utilizados para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico na área de biocombustíveis. O projeto de conversão apresentado por Betinho Rosado criou ainda a possibilidade de utilização de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para o desenvolvimento de projetos voltados à produção de biocombustíveis, com foco na redução dos poluentes relacionados à indústria de petróleo e gás natural.

Correção do Imposto de Renda

Em 2005, a ação dos deputados foi fundamental para tornar mais justas as decisões do governo. Por pressão da Câmara e de grupos organizados da sociedade, a Medida Provisória 232/04 – que reajustaria em 10% as tabelas do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e aumentaria a base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) na área de serviços – foi retirada de pauta e substituída pela MP 243/05, que mantinha somente a correção de 10% e revogava os artigos que tratavam do aumento de outros tributos.

Em fevereiro de 2005, cerca de 200 empresários foram ao Congresso pedir aos deputados e senadores que rejeitassem os pontos da Medida Provisória 232/04 que aumentavam a carga de impostos para os prestadores de serviços e os produtores rurais. Em abril de 2005, o Plenário da Câmara aprovou, em votação simbólica, o Projeto de Lei de conversão da Medida Provisória 232/04 somente com a correção de 10% dos valores da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física.

A proposta inicial do governo reajustaria em 10% as tabelas do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) e as deduções legais do tributo. Em contrapartida, aumentaria de 32% para 40% a base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) na área de serviços e exigiria de pessoas jurídicas de áreas de medicina, engenharia e publicidade a retenção na fonte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Cofins e do PIS/Pasep.

No setor agropecuário, a MP determinava a retenção do Imposto de Renda à alíquota de 1,5% sobre os pagamentos feitos por pessoas jurídicas produtoras de diversas mercadorias de origem vegetal ou animal a fornecedores de insumos que gerem direito a crédito presumido.

Ampliação do Programa Universidade para Todos – ProUni

Em 2005, já no primeiro ano de implantação do Programa Universidade para Todos (ProUni), a Câmara aprovou modificações que ajustaram a regulamentação e ampliaram o acesso dos estudantes ao programa, por meio das leis 11128/05 e 11180/05. Determinou-se que em 2006 o ProUni ofereceria 130 mil bolsas a estudantes de baixa renda em instituições privadas. O total representava 12 mil a mais que o oferecido em 2005.

A principal modificação aprovada pela Câmara foi sugerida pela Medida Provisória (MP) 251/05, que concedeu bolsa-permanência aos estudantes que recebem bolsas do ProUni e estudam em período integral. A medida foi aprovada em agosto e transformada na Lei 11180/05. Calcula-se que cerca de quatro mil estudantes seriam beneficiados já em 2006 com bolsas-permanência de até R\$ 300.

Criação

O ProUni foi instituído pela Medida Provisória 213/04, aprovada pela Câmara em dezembro de 2004 e sancionada em janeiro de 2005 na forma da Lei 11096/05. O programa concede às instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos, isenção do Imposto de Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Programa de

Integração Social (PIS) em troca da concessão de bolsas integrais ou parciais (50% ou 25%) a estudantes de baixa renda (até três salários mínimos por pessoa na família).





PEC Paralela da Previdência

O Congresso promulgou em julho de 2005 a Emenda Constitucional 47, originária da PEC Paralela da Previdência (PEC 227/04), do Senado. A Câmara concluiu a votação da proposta em março do mesmo ano. A PEC era constituída basicamente por pontos da Reforma da Previdência (emenda 41), em torno dos quais não houve acordo no Congresso Nacional e que acabaram retirados do texto promulgado em 2003. Nem todos os pontos de divergência foram contemplados na nova emenda, mas houve mudanças importantes em decorrência de consenso obtido em torno de propostas para ampliação de benefícios e mecanismos para tornar a Previdência mais acessível.

Duas inovações que merecem destaque: a previsão de um sistema de cobertura previdenciária com contribuições e carências reduzidas para beneficiar trabalhadores de baixa renda e donas de casa sem renda de famílias necessitadas; e a regra de transição para servidores que entraram no serviço público até 16 de dezembro de 1998, que poderão aposentar-se antes de completar a idade mínima se tiverem tempo de contribuição superior ao exigido.

No Regime Geral da Previdência Social, uma alteração importante trazida pela emenda 47 é que contribuições sociais a cargo das empresas poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho. A alíquota normal em vigor é de 20% e a base de cálculo o valor total da remuneração.

A nova emenda institui também critérios próprios para a aposentadoria de portadores de deficiência física e prevê um sistema especial de inclusão previdenciária para beneficiar trabalhadores de baixa renda e donas de casa de famílias necessitadas, conforme definições a serem especificadas em lei. Com as mudanças, essas pessoas poderão ser incluídas como seguradas do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) - com direito a receber um salário mínimo em caso de aposentadoria - pagando contribuições calculadas por meio de alíquotas menores e carências reduzidas para ter direito à cobertura previdenciária.

No caso das regras para servidores públicos, a principal mudança foi a extensão das regras previstas na Reforma da Previdência de 2003 para os servidores admitidos até aquele ano. Pela emenda de 2003, as mudanças só seriam aplicadas a servidores admitidos até 16 de dezembro de 1998. Essas regras garantem aposentadoria integral e paridade com servidores da ativa.

Para se aposentarem com o salário integral e a paridade com servidores da ativa, os servidores terão que cumprir as seguintes condições:

- 30 anos de contribuição, se mulher , e 35 anos de contribuição, se homem;
- 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 10 anos de carreira e 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria;
- idade mínima de 55 anos para mulher ou 60 para homem.

Os servidores admitidos antes de 16 de dezembro de 1998 podem optar por essas regras se forem mais benéficas que as regras de transição estabelecidas em 2003 (além dos requisitos de idade e de tempo de contribuição, a comprovação de 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 15 anos de carreira e 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria).

MP do Bem

Computadores portáteis, com preço máximo de R\$ 3 mil, passaram a contar com a isenção do PIS e da Cofins. A redução no preço final foi de cerca de 10%.

A Câmara aprovou em 2005 a chamada MP do Bem, que reduz a tributação de diversos setores da economia, incentiva a inovação tecnológica, concede isenção tributária para produtores voltados à exportação e corrige os valores para enquadramento das micro e pequenas empresas no regime do Simples. A matéria foi aprovada na Casa em 28 de outubro como parte da Medida Provisória (MP) 255/05, que tratava da previdência complementar e recebeu no Senado o texto da MP do Bem original (MP 252/05), que tinha perdido a validade por decurso de prazo.

O Programa de Inclusão Digital constante da MP, já transformada na Lei 11196/05, foi regulamentado pelo Executivo e baixou o preço dos computadores portáteis. Produtos desse tipo, com preço máximo de R\$ 3 mil no varejo, passaram a contar com a isenção do PIS e da Cofins. A redução no preço final foi de cerca de 10%. No caso dos computadores de mesa, a MP aprovada também concedeu isenção desses tributos. Com a regulamentação foram beneficiadas as CPUs de até R\$ 2 mil e o conjunto CPU/mouse/teclado de até R\$ 2,1 mil.

No caso do Simples, a lei reajustou somente os limites de receita bruta anual que definem as empresas como micro ou pequenas. Para ser considerada microempresa, o limite de receita bruta dobrou de R\$ 120 mil para até R\$ 240 mil no ano-calendário anterior. Para a empresa de pequeno porte, a receita bruta anual deverá ficar entre R\$ 240 mil e R\$ 2,4 milhões (antes era de R\$ 120 mil a R\$ 1,2 milhão). As alíquotas do imposto incidentes sobre esses novos valores deveriam ser definidas até o fim de 2005, mas os esforços para aprová-las não deram resultado.



Outra medida de grande abrangência constante da MP é o parcelamento das dívidas municipais com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As prefeituras, suas fundações ou autarquias foram autorizadas a dividir, em até 240 parcelas mensais, os débitos com a União relativos às contribuições patronais para o INSS com vencimento até 30 de setembro de 2005, corrigidas pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). O parcelamento em prazo maior beneficiou cerca de 3 mil municípios, segundo dados do governo, que vetou o limite máximo da prestação mensal, estipulado pelo Congresso em 9% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Destaques 2006

Fim de pagamento da convocação extra

A Câmara aprovou em 17 de janeiro de 2006, em votação simbólica, o fim do pagamento de ajuda de custo aos parlamentares durante os períodos de convocação extraordinária. O texto votado pela Câmara foi o substitutivo apresentado pelo 1º Secretário da Câmara, Inocêncio Oliveira (PL-PE), ao Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 1109/04, do deputado Renato Casagrande (PSB-ES). A essa proposta, estavam apensados o PDC 2075/05, do deputado Raul Jungmann (PPS-PE), o PDC 1142/04 e o PDC 1351/04, do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), todos com teores semelhantes. Desde 1990, o Congresso só não foi convocado a trabalhar no recesso parlamentar em apenas dois anos: 2002 e 2005. Foram 18 convocações desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988.



Redução do recesso parlamentar

A Câmara aprovou em, 18 de janeiro de 2006, por 466 votos a um, a Proposta de Emenda à Constituição 347/1996 que reduziu de 90 para 55 dias por ano o período de recesso parlamentar. A proposta passou, como toda PEC, por dois turnos de votação nas duas Casas (Câmara e Senado). Os deputados aprovaram a matéria em segundo turno no dia 1º de fevereiro por 438 votos. Com a aprovação, o Parlamento funcionará de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

Além de reduzir o recesso parlamentar, a emenda também muda as regras para convocações extraordinárias, que só poderão ocorrer - inclusive quando a iniciativa partir do presidente da República - se forem aprovadas pela maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso.

A exceção será a convocação extraordinária feita pelo presidente do Senado com os seguintes objetivos: decretação de estado de defesa ou de intervenção federal; pedido de autorização para a decretação do estado de sítio; posse do presidente e do vice-presidente da República.

Florestas Públicas

Em fevereiro de 2006 a Câmara finalizou a votação do Projeto de Lei nº 4.776/05, do Executivo, que cria o Sistema Nacional de Gestão Florestal - um conjunto de regras para regular atividades sustentáveis e combater a grilagem e o comércio de terras públicas em áreas florestais.

A chamada Lei de Gestão de Florestas Públicas, considerada pelo Ministério do Meio Ambiente como fundamental para regularizar a exploração das matas e das florestas, opera a partir de três alternativas previstas: transformar as áreas das florestas públicas em unidades de conservação, como florestas nacionais; destiná-las para manejo comunitário, como reservas extrativistas ou assentamentos florestais; ou concedê-las a particulares, que, por meio de contratos, poderão explorar produtos, como frutos, resinas e óleos, e serviços da floresta, como o turismo.

Nos primeiros 10 anos, o programa de exploração das florestas acrescentará R\$ 7 bilhões ao (PIB) nacional.

O projeto recebeu 313 propostas de emendas dos parlamentares, das quais 20 foram aproveitadas no substitutivo do relator, deputado Beto Albuquerque (PSB-RS). Entre as mudanças introduzidas pelo relator na proposta do Executivo, está a restrição da participação de empresas e ONGs estrangeiras nas licitações para as concessões florestais ao caso de elas serem constituídas sob as leis brasileiras e terem sede e administração no País. Na proposta original do governo não havia restrição.

O texto enviado pelo Executivo também centralizava a gestão florestal no governo federal, mas o relator modificou a proposta para "garantir a autonomia dos estados e municípios para o estabelecimento de normas sobre a gestão de florestas públicas estaduais e municipais". Essa foi uma das principais reivindicações apresentadas por representantes de governadores e prefeitos durante os vários debates sobre o assunto promovidos pela Câmara.

Transformada na Lei 11284/06, o texto estabelece ainda a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, que irá manter o programa e arrecadar parte do que for explorado pelos usuários dessas áreas. Quem explorar madeira, por exemplo, pagará por metro cúbico. A estimativa do ministério é que, nos primeiros dez anos, o programa de exploração das florestas acrescentará R\$ 7 bilhões ao Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Minirreforma eleitoral

As eleições de 2006 foram marcadas pela transparência e por uma redução dos gastos de campanha. A principal razão dessas mudanças foi a Lei 11300/06, aprovada em abril do mesmo ano pelo Congresso, que ficou conhecida como minirreforma eleitoral. Na opinião do corregedor-geral eleitoral, ministro César Asfor Rocha, "a lei tornou a prestação de contas melhor e reduziu os gastos de campanha. Com isso, tivemos uma eleição limpa e tranqüila, que alguns confundiram com uma eleição morna".

Entre as novidades trazidas pela Lei 11300/06 está a proibição a candidatos e partidos de distribuir camisetas, chaveiros, bonés, canetas, cestas básicas ou qualquer outro bem material ao eleitor. Quem desrespeitar essa determinação, além de estar sujeito a multa de um mil a 50 mil Ufir (R\$ 1,7 mil a R\$ 85 mil), poderá ter o registro da candidatura ou o diploma cassados.



Com a publicação da lei também mudaram as regras para a prestação de contas por candidatos e partidos. Até então, o acerto podia ser feito ao final da campanha. Com a nova lei, agremiações e candidatos são obrigados a divulgar pela internet, nos dias 6 de agosto e 6 de setembro, os recursos recebidos para financiamento de campanha e os gastos realizados.

Contrariamente aos anos anteriores, tornou-se proibida a propaganda por meio de *outdoors*. Também ficou vedada a fixação de propaganda em locais como postes, viadutos, passarelas e pontos de ônibus. Os *showmícios*, ou comícios com participação de artistas, também foram proibidos.

Outra modificação se refere à propaganda na imprensa escrita. Antes, os anúncios podiam ser veiculados até o dia do pleito. Agora, esse prazo encerra-se na antevéspera da eleição. No rádio e na televisão, a propaganda eleitoral continua permitida apenas no horário eleitoral gratuito. Também foi mantida a possibilidade de distribuição de folhetos ou outros impressos. No caso de alto-falantes ou amplificadores de som, sua utilização deve restringir-se ao período das 8 da manhã às 24 horas. Esse horário já vale para a realização de comícios.

Para o dia da eleição, as normas também ficaram mais rígidas. Quem realizar propaganda de "boca de urna" ou divulgar candidato ou partido está sujeito a detenção de seis meses a um ano, com alternativa de prestação de serviços à comunidade, e multa que vai de 5 mil a 15 mil Ufir (R\$ 8,5 mil a R\$ 25,5 mil). Constitui o mesmo crime, como já prevê a Lei Eleitoral, utilizar alto-falantes e amplificadores ou promover comícios e carreatas.



Proteção às mulheres

O Plenário da Câmara aprovou em 22 de março de 2006 o Projeto de Lei nº 4.559/04, do Poder Executivo, que cria mecanismos para inibir a violência contra a mulher. Em 8 de setembro de 2006, o projeto foi à sanção presidencial.

A Lei 11340/06 apresenta um conceito ampliado de violência contra a mulher que leva em consideração as agressões morais (calúnia, difamação ou injúria); patrimoniais - quando há perda ou destruição de documentos, bens pessoais, instrumentos de trabalho e outros recursos; e psicológicas - quando há tentativa de controle das ações da mulher e dos seus comportamentos, crenças e decisões por meio de ameaças, humilhação, isolamento e outros meios.

A violência física e a violência sexual não foram esquecidas. Essa última passa a ficar caracterizada não apenas pelas situações relacionadas à relação sexual indesejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força, mas também por ações que forcem a mulher ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição - seja por coação, chantagem ou manipulação.

A lei foi batizada de Maria da Penha Maia, em homenagem a mulher de mesmo nome que foi vítima de agressão do marido nos anos 80 e se tornou símbolo da luta contra a violência doméstica. Depois de duas tentativas de homicídio, Maria da Penha ficou paraplégica e o agressor, Marco Antonio Herredia, cumpriu apenas dois anos de prisão, quase 20 anos depois dos crimes.

O caso de Maria da Penha foi a primeira denúncia de violência doméstica acatada pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Segundo estudo feito em 2001 pela Fundação Perseu Abramo, cerca de 2 milhões de mulheres sofrem algum tipo de violência por ano no Brasil, o que equivale a 15 mulheres por segundo.

De acordo com pesquisa realizada em 2005 pelo Senado Federal, 17% das mulheres entrevistadas declararam já ter sofrido algum tipo de violência doméstica. Deste total, mais da metade (55%) afirmaram ter sofrido violência física, seguida pela violência psicológica (24%) e moral (14%). Apenas 7% relataram ter sofrido violência sexual.

Timemania

A Câmara aprovou em setembro de 2006 o Projeto de Lei nº 5.524/05, que cria a loteria Timemania, destinada a arrecadar recursos para o pagamento das dívidas dos clubes de futebol com a União. Após a aprovação da Timemania pelos deputados, em dezembro de 2005, o projeto foi ao Senado, onde recebeu emendas.

A nova loteria funcionará como um jogo comum da Quina ou Mega Sena, só que, em vez de números, a aposta será feita nos escudos dos times de futebol.

Os clubes participantes terão até 15 anos para pagar suas dívidas tributárias e do FGTS. Eles cedem o direito de uso dos escudos ao governo, e o equivalente a 22% do que for arrecadado com as apostas vai direto para os credores até que os débitos sejam quitados. Mas, para se beneficiarem, os times terão que manter em dia os pagamentos de impostos e encargos e divulgar balanços específicos sobre as atividades de futebol profissional.

Parlamento do Mercosul

No dia 26 de março de 2006, o Mercado Comum do Sul - Mercosul -, completou 15 anos. Embora enfrentando problemas típicos dos primórdios das negociações, o bloco tem desenvolvido projetos que o transformarão em um efetivo mercado comum, com integração econômica e política. Entre as ações que se destacaram nesse processo de convergência, está a criação do Parlamento do Mercosul, comum aos seus participantes (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela).

O Projeto de Decreto Legislativo 2266/06 que ratifica o texto do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul foi aprovado em Plenário em setembro de 2006. No mesmo dia foi votado também o PDL 2238/06 que cria o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul (Focem). Esse fundo financiará programas destinados a reduzir as diferenças estruturais, jurídicas e econômicas entre os países do Mercosul.

O parlamento do Mercosul foi oficialmente constituído em 14 de dezembro de 2006. Ele funcionará como órgão consultivo do Conselho do Mercosul, e não como órgão legislativo. Os parlamentares terão as imunidades e privilégios de agentes diplomáticos. O Parlamento funcionará, até 2010, com 18 representantes de cada país, indicados pelos respectivos congressos nacionais e por representantes eleitos pelo voto direto.

Fim do voto secreto

Com 383 votos a favor, nenhum contrário e quatro abstenções, foi aprovado em 5 de setembro de 2006, em primeiro turno, o fim do voto secreto em todas as decisões do Legislativo. O texto é o resultado de uma série de Propostas de Emenda à Constituição (PECs) aglutinadas em torno da PEC 349/01, do deputado Luiz Antonio Fleury (PTB-SP). A votação em segundo turno na Câmara ainda não tem data marcada.

A medida inclui o voto aberto para todas as deliberações no Congresso Nacional. Atualmente, o voto secreto é utilizado em deliberações sobre processos de perda de mandato, eleição da Mesa, análise de veto presidencial e escolha de conselheiros do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os parlamentares rejeitaram a emenda aglutinativa que propunha a manutenção do voto secreto para as eleições das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado. A tese foi retirada junto com a emenda do PFL. Todos os partidos encaminharam o voto “sim”.

Fundeb

Em dezembro de 2006, o Plenário aprovou em segundo turno, o substitutivo do Senado para a Proposta de Emenda à Constituição 536/97, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb.

O Fundeb substituirá o Fundef, que acabou em 2006 e que vinculava a aplicação de recursos apenas ao ensino fundamental. O novo fundo contará com recursos de outros impostos hoje não distribuídos para esse fim, e a complementação da União será maior. Com duração de 14 anos, o Fundeb atenderá os alunos da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio, além de financiar a educação de jovens e adultos. O fundo será implantado de forma gradativa.



O texto aprovado no Senado mantém a mesma complementação da União de R\$ 2 bilhões aprovada na Câmara para o primeiro ano. No entanto, os senadores aumentaram os valores no segundo e no terceiro anos - R\$ 3 bilhões e R\$ 4,5 bilhões respectivamente - contra os R\$ 2,85 bilhões e R\$ 3,7 bilhões propostos inicialmente pelos deputados. Já no quarto ano, a União deverá complementar os recursos com 10%, no mínimo, do total dos investimentos dos fundos criados em cada estado e no Distrito Federal.

Igual percentual de 10% desses valores poderá ser distribuído aos fundos por meio de programas direcionados à melhoria da qualidade da educação. A forma da distribuição desse percentual será definida pela mesma lei que tratará da organização dos fundos, da distribuição proporcional de seus recursos, da forma de cálculo do valor anual mínimo por aluno e de outros detalhes.

Para custear as despesas do Fundeb, a PEC aumenta de 15% para 20% o percentual dos impostos de transferência constitucional destinados aos atuais fundos existentes nos estados e no Distrito Federal e inclui outros tributos na repartição. De acordo com o texto aprovado, fica reduzido de quatro para três anos o prazo para alcance desses 20% de repasse. No primeiro ano, o índice passa a ser de 16,66%; e no segundo ano, 18,33%, atingindo os 20% no terceiro ano.

Lei Geral da Micro e Pequena Empresa

A aprovação pela Câmara em novembro de 2006 do projeto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (PLP 123/04), que institui o chamado Supersimples, significou a criação de "uma das mais importantes leis para o setor no mundo". A opinião é do relator da proposta na Câmara, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). A expectativa é de que, com as mudanças, sejam gerados 6 milhões de empregos e R\$ 10 bilhões de recursos adicionais a partir de 2007. A previsão é de uma renúncia fiscal de R\$ 5,3 bilhões para as 5 milhões de pequenas e micro empresas brasileiras, responsáveis por 60% dos empregos formais e por 20% do Produto Interno Bruto (PIB).

tação para as micro e pequenas empresas em relação aos tributos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Além dos benefícios tributários, o projeto prevê ainda a adoção de facilidades de acesso ao crédito, diminuição da burocracia e preferências nas licitações públicas. Esse tratamento diferenciado abrange também obrigações previdenciárias a cargo do empregador. Poderão recolher o tributo único as microempresas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 240 mil, assim como as empresas de pequeno porte com receita bruta anual superior a R\$ 240 mil e igual ou inferior a R\$ 2,4 milhões.

O novo imposto será recolhido com um único documento de arrecadação e valerá como pagamento dos seguintes tributos: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep). O ICMS e o ISS também são abrangidos pelo Simples Nacional, com algumas exceções. O mesmo ocorre com a contribuição para a Seguridade Social a cargo da pessoa jurídica, que tem como exceções 16 tipos de serviços.

A redução da carga tributária para categorias já incluídas no Simples Federal – criado pela MP 275/05 e que instituiu 11 alíquotas e faixas de tributação para adequar a lei de criação do Simples ao aumento dos limites de enquadramento aprovado em 2005 quando a MP 255/05 foi votada na Câmara – será de 15% a 29%. As novas categorias de prestação de serviços que serão incluídas no Supersimples poderão ter uma redução de 45% em relação à atual carga tributária.



2.0 - **Comissões** **Matérias aprovadas em Comissões**

As comissões da Câmara são fundamentais para o andamento das propostas na Casa. Em alguns casos, as matérias são aprovadas nas próprias comissões, sem necessidade de ir a Plenário. Existem 20 comissões permanentes e diversas temporárias, entre as parlamentares de inquérito (CPIs), especiais e externas, além dos grupos de trabalho. Para aprofundar os temas em discussão, as comissões freqüentemente promovem audiências públicas, encontros e seminários, com participação da sociedade e dos principais envolvidos com as questões em debate.

Em 2005 foram promovidas 991 reuniões de comissões permanentes (incluindo as de instalação ou eleição, as deliberativas, as audiências públicas e outras), onde foram apreciadas 4.427 proposições. As 59 comissões especiais instaladas realizaram 284 reuniões (30 de instalações ou eleição, 91 deliberativas, 47 audiências públicas e sete outros eventos).

Quatro Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) estiveram ativas em 2005 e realizaram duas reuniões de instalação ou eleição, 14 deliberativas, 16 reservadas, 77 audiências públicas e três outros eventos.

Das cinco comissões externas em andamento em 2005, três tiveram atividade em 2005 com a realização de 12 reuniões deliberativas.

Em 2005, a Mesa Diretora realizou 17 reuniões. Foram 1117 proposições apreciadas entre Projetos de Resolução (PRC) e Requerimentos de Informação da Câmara (RIC).

De janeiro a dezembro de 2006, ocorreram 616 reuniões nas comissões permanentes (de instalação ou eleição, deliberativas, audiências públicas e outros eventos). A Mesa Diretora realizou cinco reuniões no ano.

Os dados completos de 2005 estão disponíveis no Portal da Câmara dos Deputados, na Internet, na página de pesquisa em Legislação

(<http://www2.camara.gov.br/legislacao/pesquisa.html>) e os de 2006 serão divulgados pelo Anuário Estatístico do Processo Legislativo 2006, publicação a ser lançada pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados - Cedi.

2.1 - Comissões Permanentes

Destaques 2005

Violência contra a mulher é debatida por seis comissões

Em agosto de 2005, as comissões de Seguridade Social e Família; de Direitos Humanos e Minorias; de Constituição e Justiça e de Cidadania; de Finanças e Tributação; de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e de Legislação Participativa promoveram o seminário *Violência contra mulher: um ponto final*.

No debate, a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, anunciou a criação de um número especial de 0800 para receber denúncias de violência contra mulheres. Nilcéa informou ainda sobre a implantação da Política Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher.



Cerca de 2 milhões de mulheres são espancadas por ano no Brasil.

Segundo a relatora do texto pela Comissão de Seguridade Social e Família, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), cerca de 2 milhões de mulheres são espancadas por ano no Brasil. Mas ela lembrou que esse número pode ser bem maior, pois a maioria dos casos de espancamentos não é levada às autoridades e não consta das estatísticas.

O Projeto de Lei nº 4.559/04, que motivou a promoção do seminário, estabelece mecanismos para coibir a violência contra a mulher e institui medidas para a prevenção, assistência e proteção às mulheres em situação de violência. O texto foi aprovado pelo Plenário em março de 2006.

Direitos Humanos realiza seminário sobre comunicação

O Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005, promovido em agosto pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, debateu o direito à comunicação. A recuperação do *status* de ministério pela área de direitos humanos - que estava sob a responsabilidade de uma subsecretaria vinculada à Presidência da República - foi a principal recomendação do encontro.

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputada Iriny Lopes (PT-ES), relatora da Medida Provisória 259/05, que alterava a estrutura da Presidência da República e extinguiu a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, comprometeu-se a negociar com o Poder Executivo e com parlamentares a manutenção do *status* ministerial da secretaria.

Os participantes do encontro, que durou dois dias e discutiu o tema "Direito Humano à Comunicação: Um Mundo, Muitas Vozes", aprovaram a chamada Carta de Brasília. O documento reconhece a comunicação como um direito humano e defende o fim do monopólio no setor. O texto alerta para a necessidade do acesso "a uma mídia livre e pluralista que respeite as diversidades étnicas, sexuais, culturais e regionais". Exige ainda mudanças no estatuto das comunicações, na publicidade e nos instrumentos de difusão e educação.

A corrupção no Brasil também foi criticada pelos participantes do encontro. Essa prática, segundo a Carta de Brasília, retira recursos “que poderiam salvar vidas, garantindo a alimentação saudável, a segurança pública a educação universal, a saúde, empregos e as reformas urbana e rural”. O documento condena ainda “a má aplicação do Orçamento e a alocação de 70% dos recursos da União para o pagamento do serviço da dívida pública”.

Ciência e Tecnologia critica contingenciamento do Fust

A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática realizou audiência pública em setembro de 2005 sobre o uso da tecnologia como instrumento de desenvolvimento e competitividade das nações. Na ocasião, os deputados da comissão criticaram o contingenciamento de R\$ 4 bilhões do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). O Fust é composto por 1% da receita bruta das empresas de telecomunicações e tem como objetivo a informatização de escolas e hospitais públicos. Os ministérios da Educação e das Comunicações são responsáveis pela gestão dos recursos.

O presidente da comissão, deputado Jader Barbalho (PMDB-PA), criticou também o contingenciamento de R\$ 1 bilhão dos fundos setoriais, formados por recursos de empresas privadas para investimento em pesquisa científica e tecnológica. Apesar da escassez de recursos, o deputado afirmou que a pesquisa brasileira avançou nos últimos anos, em especial nas áreas de biotecnologia e nanotecnologia.

O presidente do conselho da Intel Corporation, Craig Barrett, afirmou durante o debate que o Brasil tem caído ano após ano na escala dos países que mais investem em ciência e tecnologia. Em 2004, o País ocupava o 35º lugar e no ano seguinte estava na 38ª posição. Segundo Barret, o Brasil investe em pesquisa científica e tecnológica menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB).

O deputado Júlio Semeghini (PSDB-SP), que propôs o seminário, defendeu a adoção de estratégias compartilhadas para incentivar a inovação tecnológica envolvendo governo, setor privado e as instituições de pesquisa e ensino.

Produtores rurais anunciam grave crise no setor

A febre aftosa no gado causou prejuízos de R\$ 1,5 bilhão para o Brasil.

Os produtores rurais presentes no seminário *Grito do Campo: Alerta à Nação*, realizado em outubro de 2005 no Congresso, alertaram para vários problemas que levaram o setor a uma grave crise, além da febre aftosa no gado, que já causou prejuízos de R\$ 1,5 bilhão para o Brasil.

Os participantes do seminário, promovido pelas comissões de Agricultura da Câmara e do Senado, disseram-se irritados com o governo federal. Na avaliação dos representantes das associações de produtores de milho, soja, trigo, algodão, arroz, gado de corte e leite, o agronegócio brasileiro passava por uma crise sem precedentes.

Os produtores informaram que o custo de plantação de cada hectare de soja na região Centro-Oeste, por exemplo, era R\$ 200,00 maior do que o ganho dos agricultores. A produtividade do grão no Mato Grosso, segundo os produtores, deveria cair 35% na safra de 2006 em relação à de 2005. Já no caso do algodão, os agricultores anunciaram o risco de a produção ser reduzida em 50% em 2006. Os participantes destacaram ainda que o custo para plantar milho em Goiás subiu 44% em 2005. Entre 2005 e 2006, a área plantada de arroz cairia entre 30% e 40%.

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, afirmou na abertura do evento que a agricultura é o setor brasileiro que enfrenta os maiores desafios, inclusive no mercado externo. Lá fora, destacou Aldo, o setor concorre com os produtos agrícolas dos Estados Unidos e da Europa, que recebem subsídios governamentais. Ele disse ainda que era preciso maior rigor na defesa fitossanitária do País para evitar o agravamento da "quase tragédia" provocada pela febre aftosa, que provocou o abate de rebanhos inteiros do Mato Grosso do Sul e comprometeu fortemente a exportação brasileira.

Debate sobre educação pede oportunidade para minorias

Cubanos, venezuelanos, peruanos, especialistas de várias nacionalidades se juntaram a brasileiros em setembro de 2005 para debater no Congresso o uso da educação para diminuir as diferenças sociais causadas pelas diferenças de raça. O seminário *Ações afirmativas nas políticas educacionais brasileiras: o contexto pós-Durban* concluiu que é necessário ampliar as oportunidades para as minorias.

As cotas universitárias foram o principal assunto do evento, ainda no embalo da aprovação do Projeto de Lei nº 3.627/04, do Executivo, pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara. O texto prevê a reserva de pelo menos 50% das vagas das universidades públicas federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Essa é uma das chamadas ações afirmativas - uma discriminação considerada positiva para dar um pouco de igualdade a grupos socialmente desfavorecidos.

O seminário foi promovido pela Comissão de Educação e Cultura; pelo Ministério da Educação; e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). A discussão se deu quatro anos depois da Conferência contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, promovida pela Unesco em Durban (África do Sul).

Frentes parlamentares se dividem sobre referendo das armas

A consulta pública sobre a venda de armas no Brasil rendeu intensos debates nas comissões e no Plenário da Câmara. Em outubro, os eleitores brasileiros decidiram manter o comércio de armas no País - 64% votaram não à proibição de venda de armas.

Na Câmara, foram criadas duas frentes parlamentares sobre o assunto. A Frente Parlamentar Brasil Sem Armas defendia o fim do comércio de armas e munições no Brasil, argumentando que a medida reduziria o número de mortes por arma de fogo. Já a Frente Parlamentar Pelo Direito da Legítima Defesa posicionava-se contrariamente à proibição alegando que a manutenção do direito de ter uma arma é fundamental para garantir a segurança da população no país.

Na batalha pelo convencimento da população, as duas frentes mobilizaram a sociedade e, em conjunto com organizações civis, promoveram campanhas de esclarecimento. Números e estatísticas, depoimentos de especialistas no assunto e de vítimas da violência, além da participação de políticos, artistas e autoridades foram as estratégias usadas.

O objetivo da consulta sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil era validar ou rejeitar uma das medidas prevista no Estatuto do Desarmamento (Lei 10826/03), já aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da República. O referendo sobre o comércio de armas estava previsto no estatuto, que cria o Sistema Nacional de Armas, estabelece regras para a aquisição, registro e porte e tipifica os crimes relacionados ao porte e ao comércio ilegais de armas.

Destaques 2006

Direitos Humanos e o debate de crimes na internet

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias intensificou no início de 2006 os debates sobre a prática de crimes na internet. Depois de promover uma série de audiências públicas e seminários para discutir o tema, o presidente da comissão, deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), enviou à Embaixada dos Estados Unidos documento endereçado ao Congresso norte-americano com informações sobre o crescimento no Brasil dos crimes cometidos na rede. A iniciativa foi motivada porque os crimes são praticados sobretudo por usuários do Orkut, site americano de relacionamento do Google.

Uma das medidas propostas pela comissão foi a supressão da rede de computadores dos portais que favorecem ou não impedem a prática de crimes, como algumas páginas do Orkut. Alguns dos atos criminosos mais praticados por usuários do Orkut, segundo pesquisa, são pornografia infantil, pedofilia, crimes raciais, venda de drogas, de receitas médicas em branco e de remédios sem receita.

A comissão também discutiu a necessidade de atualização da legislação brasileira, uma vez que o Código Penal foi elaborado em 1940, muito antes do surgimento da internet. A criação de uma divisão específica na Polícia Federal para atuar nas investigações de crimes pela internet também foi sugerida pela comissão.

Direitos Humanos e a campanha contra baixaria na TV

Em 2006, a campanha *Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania*, promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, entrou no debate internacional. Já em janeiro, os deputados Iriny Lopes (PT-ES) e Orlando Fantazzini (PSOL-SP) representaram a comissão no V Fórum Social Mundial, em Caracas, na Venezuela.

Em outubro, Orlando Fantazzini foi a Roma apresentar a campanha no Congresso Mundial de Comunicação para o Desenvolvimento, organizado pelo Banco Mundial e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).



Lançada em 2002, a campanha *Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania* é uma das principais atividades permanentes da Comissão de Direitos Humanos. Depois de quatro anos de ação, a campanha obteve resultados que vão desde mudanças em conteúdos de programas a ajustamentos de conduta assumidos por apresentadores. Foi constatado também pelos organizadores o maior cuidado por parte algumas empresas anunciantes quanto à decisão sobre os programas nos quais investir.

Em fevereiro de 2005, pela primeira vez desde o início do movimento contra a baixaria na TV, o maior anunciante publicitário do País - a rede de lojas Casas Bahia - aderiu à campanha.

Crise do gás com a Bolívia e Lei do Gás

A decisão do presidente da Bolívia, Evo Morales, de nacionalizar as reservas de petróleo e gás natural daquele país repercutiu fortemente na Câmara dos Deputados. Em maio de 2006, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional realizou audiência pública extraordinária sobre o assunto. No debate, os deputados receberam a informação de que o Brasil não teria o seu fornecimento de gás interrompido.

No mesmo mês, as comissões de Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Fiscalização Financeira e Controle; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Minas e Energia promoveram audiência conjunta para ouvir o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, sobre os impactos na indústria brasileira em razão da crise do gás boliviano. No debate, Rondeau e Gabrielli voltaram a garantir aos deputados que o Brasil não corria risco de ficar sem abastecimento de gás e que os preços não iriam subir sem a concordância da Petrobrás.

A crise do gás boliviano também reforçou os debates na Comissão Especial da Lei do Gás, que aprecia os Projetos de Lei nº 6666/06 e 6673/06. As propostas regulamentam o setor e normatizam a construção e operação de gasodutos no Brasil.

Grupo Parlamentar e comissões avaliam crise da Varig

A crise financeira pela qual passou a empresa aérea Viação Riograndense - Varig - motivou a criação de um grupo parlamentar em defesa da companhia gaúcha. Durante o ano de 2006, o grupo intermediou a negociação com estados que tinham com a Varig débitos relativos a cobrança indevida de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Já em 2005, levantamento realizado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle mostrou que os principais problemas da Varig eram atrasos e cancelamentos de vôos sem explicação aos usuários e venda de passagens em número superior à capacidade dos aviões, o chamado *overbooking*. Depois de debate sobre o assunto, a comissão concluiu que os problemas operacionais da empresa dificultavam sua recuperação financeira.

No final de abril de 2006, quando a solução para a crise da empresa dependia de decisão judicial, as comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e de Trabalho, Administração e Serviço Público realizaram audiência pública conjunta para discutir as possibilidades de solução da crise financeira da empresa que operava 69% dos vôos internacionais, ligando o Brasil aos cinco continentes.

Rebeliões em presídios de São Paulo repercutem em várias comissões

As rebeliões em presídios de São Paulo ocorridas no decorrer de 2006 mobilizaram os trabalhos de várias comissões da Câmara, entre elas a de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Direitos Humanos e Minorias; além da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Armas.

Crise financeira da Varig motivou a criação de um grupo parlamentar em defesa da companhia gaúcha.

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou, em 2006, vários projetos de lei que tornaram mais rígido o combate à criminalidade no País. Um deles é o PL 7224/06, do Senado, que impede que o condenado reincidente por crime doloso (intencional) seja beneficiado com liberdade condicional ou redução da pena. Outra proposta aprovada, (PL 7226/06), também do Senado, permite apreensão, seqüestro ou indisponibilidade de bens de indiciados por crimes dolosos, mesmo que estejam em nome de terceiros.

O PL 7223/06, aprovado pela comissão, cria o Regime Penitenciário de Segurança Máxima, destinado aos presos envolvidos com organizações criminosas. Outra medida aprovada para ampliar a segurança foi a instalação de aparelhos de Raio X em penitenciárias, com a finalidade de inspecionar objetos portados pelas pessoas que nelas ingressarem. O substitutivo ao PL 4550/04 inclui ainda a obrigatoriedade de verificação visual de todas as cargas e encomendas que entrem ou saiam dos estabelecimentos prisionais; e a proibição de instalação de aparelhos telefônicos públicos (orelhões) no interior das instalações prisionais.

A segurança pública também foi um dos assuntos que mobilizou a Comissão de Ciência e Tecnologia no ano. Dois projetos relacionados ao tema foram aprovados: o PL 1705/03, que prevê a utilização de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias do país; e o PL 3645/04, que estabelece prazo de seis meses para a instalação desse tipo de bloqueador em penitenciárias, presídios e casas de detenção.

Na Comissão de Direitos Humanos, foi realizada uma videoconferência para discutir o tema. Os participantes do debate apontaram a superlotação e a falta de defensores públicos como os principais problemas do sistema prisional do País.

Congresso aprova primeiro projeto de iniciativa popular em 2006

O Congresso Nacional aprovou em 2006 o primeiro projeto de autoria da Comissão de Legislação Participativa. O Projeto de Lei nº 5.828/01 resultou da sugestão recebida pelo colegiado logo após sua criação, em 2001, e trata do processo de informatização do Poder Judiciário. A sugestão foi apresentada pela Associação de Juízes Federais do Brasil (Ajufe). O texto propõe a criação do Diário da Justiça *on-line* e a implantação do processo judicial totalmente virtual.

2.2 - Comissões Especiais

Destaques 2005

Agentes comunitários de saúde (PEC 7/03)

A Comissão Especial dos Agentes de Saúde foi instalada em junho de 2005 com o objetivo de dar parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 7/03, que permitiu a contratação, pela administração pública, de agentes comunitários de saúde sem concurso público, por meio de seleção. A proposta foi aprovada em Plenário em dezembro de 2005.

Até o momento da aprovação da proposta, existiam mais de 150 mil agentes em todo o País que desenvolviam ações domiciliares de prevenção a doenças, especialmente da população carente. Antes da PEC ser aprovada, esses profissionais tinham um vínculo empregatício muito frágil, feito por meio de parcerias, cooperativas ou contratos temporários.

O agente comunitário de saúde foi reconhecido como profissional com a Lei 10507/02.

Estatuto do Desporto (PL 4874/01)

Após quatro anos em análise, o Estatuto do Desporto (Projeto de Lei nº 4.874/01) foi aprovado por unanimidade pela comissão especial designada para sua análise em junho de 2005. A proposta seguiu para votação no plenário da Câmara. O Estatuto organiza o esporte brasileiro, unificando toda a legislação existente. Além de nortear o esporte no Brasil, o projeto contempla a divisão de recursos da União, dos estados e municípios.

O Estatuto do Desporto coloca como dever do Estado a promoção não apenas do esporte de rendimento, mas também do educacional e de base. O projeto prevê medidas de proteção e organização ao evento esportivo, regula a cobertura das emissoras em eventos esportivos e incorpora o Estatuto do Torcedor e o Bolsa-Atleta, já em vigor.

Destaque para o oferecimento de incentivo fiscal para quem investir no esporte, a exemplo do incentivo à cultura oferecido pela Lei Rouanet (Lei 8313/91). Esse dispositivo configura uma política de valorização dos atletas.

Destaques 2006

Saneamento básico (PL 7361/06)

Política nacional de saneamento básico e a regulamentação das atividades do setor é aprovada na Câmara.

A elaboração de uma política nacional de saneamento básico e a regulamentação das atividades do setor foi prioridade na Câmara em 2006. O Projeto de Lei com esse objetivo foi aprovado em dezembro e enviado para sanção presidencial. Antes disso, a matéria foi analisada por comissão mista especial que, em agosto desse mesmo ano, votou parecer de seu relator. O projeto teve como base o PL 5296/05, do Poder Executivo.

O marco legal servirá para organizar as iniciativas federais, estaduais e municipais na área e ampliar a prestação dos serviços. Entre os princípios que devem ser seguidos, estão a universalização do acesso ao saneamento; a adoção de técnicas e processos que considerem as peculiaridades regionais; a integração de infra-estruturas; e o uso de tecnologias segundo a capacidade de pagamento dos usuários.

O projeto institui o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (Sinisa), um banco de informações sobre o setor que estará disponível ao público por meio da internet. Entre as funções previstas para o Sinisa, está a de permitir e facilitar o monitoramento e a avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

Adição de farinha de mandioca à farinha de trigo(PL 4679/01)

A comissão especial responsável pela análise do Projeto de Lei nº 4.679/01, do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que estabelece a obrigatoriedade de adição de no mínimo 10% de farinha de mandioca refinada à totalidade da farinha de trigo comercializada no país, foi instalada em abril de 2006. Em dezembro de 2006, a comissão aprovou o relatório final do deputado Nilson Mourão (PT-AC).

A principal novidade do texto aprovado é que a farinha com adição de mandioca só vai ser vendida para órgãos do poder público, podendo ser usada, por exemplo, na merenda escolar.

De acordo com o substitutivo apresentado pelo deputado Nilson Mourão, a mistura será feita de forma progressiva: no primeiro ano da entrada em vigor da lei, 3%; no segundo, 6%; e a partir do terceiro ano, 10%. O objetivo do projeto é estimular a produção nacional de mandioca e substituir parte da importação de trigo. A matéria seguiu para o Senado.

Sudene, Sudam e Sudeco

Em 2006, os deputados aprovaram a recriação das superintendências de desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam) e a criação de órgão semelhante para o Centro-Oeste (Sudeco). Os projetos de lei complementar referentes às duas primeiras superintendências foram encaminhados à sanção presidencial. O projeto da Sudeco seguiu para votação do Senado.

No caso da Sudene, o Projeto de Lei Complementar 76/03, do Poder Executivo, prevê a integração das ações dos órgãos e entidades federais na sua área de atuação por meio do Comitê Regional de Articulação dos Órgãos e Entidades Federais, de caráter consultivo e composto por representantes das entidades federais de atuação regionalizada. Para ampliar a atuação do Banco do Nordeste no mercado de capitais regional, o projeto autoriza a instituição a criar o Banco de Investimentos BNB-Par como sua subsidiária integral. As rotinas, os procedimentos e os critérios de decisão serão estabelecidos pelo Conselho Deliberativo da Sudene.



A Sudam, recriada pelo Projeto de Lei Complementar 22/03, poderá atuar na região Norte, no estado de Mato Grosso e na porção do Maranhão a oeste do meridiano 44°. O órgão deverá elaborar Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia, a ser aprovado no Congresso Nacional do qual constarão programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas de desenvolvimento da Amazônia. Esse plano terá vigência de quatro anos e será revisado anualmente junto com o Plano Plurianual.

Entre as atribuições da nova Sudam estão estimular, por meio de incentivos, os investimentos privados prioritários; apoiar investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura econômica e social; estimular a obtenção de patentes; e evitar que o patrimônio da biodiversidade seja pesquisado, apropriado e patenteado em detrimento dos interesses da região e do país. Esses incentivos permanecerão vigentes até que o Produto Interno Bruto (PIB) per capita da área de atuação da Sudam atinja 90% do PIB per capita nacional.

Em relação à Sudeco, o Projeto de Lei Complementar 184/04, do Poder Executivo, também prevê a formulação de planos e diretrizes para o desenvolvimento regional, articulando-os com as políticas e planos nacionais, estaduais e municipais. A superintendência deverá ainda coordenar programas de extensão e gestão rural, de assistência técnica e financeira internacional.

O principal órgão gestor da Sudeco será o Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste, composto por superintendente do órgão; seis ministros, entre os quais o da Integração Nacional; governadores dos estados envolvidos; três representantes dos municípios de sua área de atuação; dois representantes das classes empresariais; dois representantes das classes dos trabalhadores e um representante de organizações não-governamentais com atuação no Centro-Oeste.

2.3 - CPIs e CPMIs

Destaques 2005

CPI Extermínio no Nordeste

A Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou o envolvimento de delegados, juízes, promotores e outras autoridades na atividade dos grupos de extermínio no Nordeste propôs em seu relatório final, aprovado em novembro de 2005, a tipificação do crime de extermínio.

O relatório do deputado Luiz Couto (PT -PB) fez uma análise do quadro de extermínio no Nordeste, caracterizando a atividade não como uma ação isolada de pistoleiros e justiceiros, mas como uma extensão de outros ramos do crime organizado, como o tráfico de drogas e roubo de cargas. Para Luiz Couto, a lei brasileira precisa ser aperfeiçoada para combater melhor esse tipo de crime, e a investigação sobre os grupos de extermínio não pode parar.

**Relatório
final da CPI
tipifica
crime de
extermínio.**

2006

CPI da Biopirataria



Apresentado em março de 2006, o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Biopirataria apontou irregularidades nas três áreas investigadas: comércio ilegal de madeira, tráfico de animais e biopirataria - acesso irregular ao patrimônio genético (informação contida em amostras de vegetais, animais ou microorganismos para fins de pesquisa científica) e ao conhecimento tradicional (obtenção de informação de comunidades indígenas ou locais para fins de pesquisa científica).

A linha de investigação sobre a exploração ilegal de madeira apurou denúncias no Mato Grosso (Operação Curupira), no Acre (Operação Mogno 3-Ashaninka), no Pará (Operação Picapau I, Operação Verde para Sempre e Plano Safra Legal 2004), em Santa Catarina (Floresta Nacional de Três Barras), no Espírito Santo e na Bahia (investigações sobre o contrabando de pau-brasil, nos dois estados).

A CPI propôs alterações na Lei 9605/98, para aumentar ou modificar as penas para cada tipo de crime ambiental; e no Código de Processo Penal, para aumentar os valo-

res cobrados para fiança em caso de crime ambiental. Com o objetivo de reduzir o número de irregularidades, o relator recomendou ao governo o aumento significativo dos recursos orçamentários destinados à fiscalização ambiental.

CPMI da Emigração

Em julho de 2006, o Congresso Nacional aprovou o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração. O relatório recomendou a aprovação de quatro projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para garantir direitos aos trabalhadores brasileiros que vivem no exterior.

O texto, que fez um diagnóstico da situação de brasileiros residentes no exterior, sobretudo nos Estados Unidos, propôs duas emendas ao Orçamento que garantam recursos para a melhoria do atendimento consular de brasileiros situados em outros países.

A CPMI também incorporou uma sugestão do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) para que seja enviada uma moção ao Congresso norte-americano contra o aumento das barreiras à livre movimentação de seres humanos.

CPI do Tráfico de Armas

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Armas, concluída em novembro de 2006 com a aprovação do relatório do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), traçou um painel da atuação do crime organizado no Brasil. Instalada em 16 de março de 2005, ela se dedicou a identificar a origem das armas e da munição usadas por criminosos, as rotas de transporte, a origem dos recursos para a compra de armamento, o papel das instituições públicas, as lacunas legais e as medidas preventivas e repressivas necessárias. Como resultado da CPI, também foram apresentados projetos de lei, indicações e pedidos de indiciamento.

O conceito de crime organizado incluído no relatório está diretamente ligado às organizações criadas entre os internos no sistema prisional brasileiro. A elas, se atribuem atividades criminosas em amplo espectro, desde o tráfico de drogas; a corrupção de agentes públicos; os seqüestros; os assaltos; a lavagem de dinheiro; e o tráfico de armas. Também se atribui a essas associações um caráter assistencial aos presos e a seus familiares, para aliciar novos integrantes.

A principal organização analisada foi o Primeiro Comando da Capital (PCC), que surgiu em São Paulo, mas já se expandiu por inúmeros estados. Entre as características identificadas no grupo, estão a hierarquia atuante, eficiente e obedecida; o planejamento empresarial com objetivo de lucro; a contribuição obrigatória dos integrantes como meio de formar receita; o uso eficiente dos meios tecnológicos; a existência de sistemas de seleção e recrutamento; e a divisão de tarefas e corrupção do poder público (sistemas policial, penitenciário e judicial).

Segundo o relatório, o crescimento da atividade criminosa no país se deveu a três fatores somados: a disponibilidade crescente de armas de fogo, a sofisticação gerencial da atividade criminosa e a expansão do mercado clandestino de drogas. Hoje, segundo a comissão, o país tem 17 milhões de armas - quase a metade ilegal - e cerca de 4 milhões nas mãos de bandidos.

2.4 – Atuação do Conselho de Ética no combate à corrupção

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados é o órgão encarregado do procedimento disciplinar destinado à aplicação de penalidades, nos casos de descumprimento das normas relativas ao decoro parlamentar.

Os trabalhos do Conselho são regidos por um regulamento próprio, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados no processo disciplinar parlamentar, de acordo com o disposto no Código de Ética e Decoro Parlamentar e no Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O primeiro caso efetivamente findado no Conselho de Ética, órgão criado em 2001, foi o do deputado André Luiz, acusado de tentar extorquir R\$ 4 milhões do empresário de jogos Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. O processo só foi concluído em maio de 2005, com a aprovação pelo Plenário do parecer do deputado Gustavo Fruet (PMDB-PR) pela cassação.

Em 2006, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar absorveu o impacto das denúncias que envolveram parlamentares em escândalos. Depois de concluir o julgamento do último deputado envolvido no “mensalão”, em 13 de junho, o Conselho assistiu à instalação da CPMI das Sanguessugas, destinada a investigar o envolvimento de parlamentares na máfia das ambulâncias.

Às vésperas das eleições, a sociedade exigia uma resposta do Congresso sobre os dois escândalos. O Conselho recomendou, em 2006, a cassação de 13 deputados, nove deles ligados ao esquema do “mensalão” e quatro ao esquema das “sanguessugas”.

Assim, em 2006 foram votadas 24 representações, sendo 11 relacionadas ao mensalão, 12 ligadas aos sanguessugas e uma por ofensa ao presidente da República. Foram realizadas 28 audiências, com deputados representados (11) e testemunhas (17), de um total de 47 reuniões.

Número de reuniões realizadas pelo Conselho de Ética	
2005	91 reuniões
2006	47 reuniões

Representações abertas no Conselho de Ética	
Ano	Representações
2005	26
2006	71

Destaques 2006

CPMI dos Correios

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios aprovou, em abril de 2006, por 17 votos a 4, o relatório oficial apresentado pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios aprovou, em abril de 2006, por 17 votos a 4, o relatório oficial apresentado pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). O documento propôs uma série de medidas para inibir a prática de corrupção, crime eleitoral e lavagem de dinheiro. Entre as sugestões listadas pelo relator, está a criação de um Sistema Nacional de Combate à Corrupção, cuja base de dados seria administrada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e contaria com a participação do Ministério Público e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Em relação ao Coaf, a Comissão buscou sua independência, sugerindo a transformação do órgão em Agência Nacional de Inteligência Financeira, embora com a manutenção do vínculo ao Ministério da Fazenda. A criação desse sistema consta de um projeto de lei apresentado pela CPI, que cria ainda a Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção, a ser composta por um deputado e um senador de cada partido, que teriam a atribuição de apresentar e acompanhar as proposições legislativas relacionadas ao tema.

Outra proposta do relatório é a redução dos gastos com publicidade. Um projeto de lei complementar que integra o relatório estabeleceu em 0,2% da receita corrente líquida o máximo que poderá ser gasto pela União nessa área. Os gastos dos estados e municípios serão restritos a 0,5% e 1% dessa receita respectivamente. Não estão sujeitas a essa regra as despesas com publicidade legalmente obrigatória ou necessária à validade de atos administrativos.

CPMI dos Sanguessugas

Depois de seis meses de sua instalação, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Sanguessugas aprovou, em dezembro de 2006, o relatório final elaborado pelo senador Amir Lando (PMDB-RO). O documento isentou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o senador Aloízio Mercadante (PT-SP) de envolvimento na compra do dossiê contra políticos do PSDB; pediu o indiciamento de dez pessoas em um ou mais crimes; listou 58 prefeituras com fortes indícios de irregularidades na compra de ambulâncias entre 1999 e 2005; e sugeriu, entre outras medidas, a suspensão imediata dos repasses voluntários do Tesouro para entidades privadas.

A CPMI listou ainda 46 empresas que funcionaram como laranjas ou aplicaram práticas semelhantes às da Planam. Entre as 980 páginas do relatório final, há dois capítulos com sugestões que inibam a proliferação de esquemas semelhantes ao da Planam. Uma delas é o financiamento público das campanhas eleitorais. Outra proposta feita pela CPMI é o controle sobre as transferências voluntárias do Orçamento às organizações não-governamentais (ONGs).

3.0 - Presidência



Presidente Severino Cavalcanti

O presidente Severino Cavalcanti foi eleito em 15 de fevereiro de 2005 e permaneceu no cargo até o dia 21 de setembro do mesmo ano. Em seu mandato, foram cumpridos 72 compromissos de caráter internacional em Brasília, que incluíram, entre outros eventos:

- 6 visitas de Chefes de Estado ou de Governo à Câmara;
- 17 delegações parlamentares estrangeiras , destacando-se a visita do Presidente da Câmara dos Deputados do Paraguai, ocasião em que foi assinado um memorando de entendimento institucional entre as duas Casas Legislativas; e a visita do Presidente do Parlamento Europeu, Josep Borrell, que dirigiu-se ao Plenário da Casa;
- 13 visitas de autoridades estrangeiras (Ministros de Estado ou outros representantes de governo)
- 25 Audiências com Embaixadores estrangeiros em missão em Brasília.

Houve apenas uma viagem internacional, a Nova York, para a II Conferência Mundial de Presidentes de Parlamento, promovida pela União Interparlamentar, realizada em setembro de 2005, em paralelo à Assembléia-Geral da ONU.

Viagem realizada

II Conferência Mundial da União Interparlamentar (UIP)

O presidente Severino Cavalcanti participou em setembro de 2005, em Nova Iorque, da abertura da II Conferência Mundial de Presidentes de Parlamento da União Interparlamentar (UIP), que tem o objetivo de discutir como os parlamentos nacionais podem impulsionar o multilateralismo, a paz e a segurança mundial. A primeira conferência foi realizada cinco anos antes, paralelamente à Cúpula do Milênio das Nações Unidas (ONU), e contou com a participação do Presidente Michel Temer.

Por ocasião da II Conferência, o presidente da Câmara dos Deputados do Brasil se encontrou com os presidentes dos parlamentos da China e da Bulgária, entre outros e dirigiu Reunião Extraordinária do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, cuja presidência *pro tempore* encontrava-se com o Congresso Nacional.



O presidente Severino fez um discurso no qual reafirmou a firme disposição do Brasil - e particularmente da Câmara dos Deputados - de adotar as medidas previstas nas metas do milênio formuladas pela ONU. Entre essas metas estão o combate à pobreza, a todas as formas de discriminação social e racial, a busca da paz e a promoção de políticas educacionais, de saúde e de segurança.

O presidente disse ainda que essas metas pertencem à agenda permanente do Brasil, e sua adoção não decorre apenas das recomendações da ONU, mas constituem política permanente da nação brasileira.

O presidente participou de um debate sobre o papel dos parlamentos no processo de cooperação multilateral.

Ele se encontrou com os presidentes dos parlamentos de Israel, da Bulgária, e participou de jantar oferecido pelo Presidente da Câmara dos Deputados da Itália, Pierferdinando Casini (atualmente Presidente da UIP), assim como de recepção oferecida pelos presidentes da Câmara e do Senado da Bélgica, Herman de Croo e Anne-Marie Lizin .

Depois de acompanhar um pronunciamento do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, na conferência, Severino Cavalcanti também se reuniu com o presidente da Câmara de Representantes da Assembléia Nacional da Belarus, Vladimir Konoplev, e com o presidente da Assembléia Nacional Popular da China, Wu Banguo , que lhe entregou proposta de Memorando de Entendimento que foi celebrado pelos dois legislativos, no ano seguinte, na gestão Aldo Rebelo.

Acompanhou o Presidente Severino Cavalcanti na missão a Nova York o Primeiro Vice-presidente José Thomaz Nonô.

Visitas recebidas

Entre as visitas recebidas durante a gestão do presidente Severino Cavalcanti, destacam-se:

Mulheres parlamentares dos países de língua portuguesa visitam Câmara

Em 4 de julho de 2005, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, recebeu delegação das Mulheres Parlamentares dos Países de Língua Portuguesa. Cerca de 20 parlamentares de Portugal, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste participaram da visita de cortesia. Em uma semana, elas visitaram órgãos públicos e assembleias legislativas nos estados para debaterem e fecharem parcerias, como acordos relacionados ao combate do tráfico de mulheres.

Presidente Uruguaio visita a Câmara

Em primeiro de abril de 2005, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, recebeu o presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez. Severino e Vázquez prometeram unir esforços para intensificar o intercâmbio político e econômico e para acabar com as pendências comerciais e com a guerra de preços entre os dois países.

A viagem de Vázquez fez parte da política bilateral de fortalecimento das relações entre Uruguai e Brasil.

Diretor da ONU se reúne com presidente da Câmara

O diretor-executivo do escritório da Nações Unidas contra drogas e crimes (UNODC), Antônio Maria Costa, encontrou-se no dia 7 de junho de 2005 com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. Costa foi designado pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, para representá-lo no 4º Fórum Global de Combate à Corrupção, organizado pela Controladoria-Geral da União e pelo UNODC.

Delegação de mulheres parlamentares dos países de língua portuguesa visita a Câmara e para pedir o fim do tráfico de mulheres.

Antônio Maria Costa disse que a corrupção é um problema que existe no mundo todo. Ele lembrou que o Brasil é signatário da convenção da ONU contra a corrupção e pediu o apoio de Severino para que o País ratificasse rapidamente as convenções contra o tráfico de armas e de combate ao terrorismo.

Mulheres de países de língua portuguesa visitam Câmara

Em 4 de julho de 2005, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, recebeu a delegação internacional de Mulheres dos Países de Língua Portuguesa. Cerca de 20 mulheres de Portugal, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste participaram da visita de cortesia. Em uma semana, elas visitaram órgãos públicos e assembleias legislativas nos estados para debaterem e fecharem parcerias, como acordos relacionados ao combate do tráfico de mulheres.



Presidente Aldo Rebelo

Durante a gestão do presidente Aldo Rebelo - eleito em 28 de setembro de 2005 para um mandato que se estendeu até fevereiro de 2007 - foram cumpridos 90 compromissos da Agenda Internacional no Brasil, que incluíram:

a) Recepção de 44 visitas de delegações estrangeiras:

- 8 Chefes de Estado,
- 22 Delegações parlamentares (incluindo nove Presidentes de Casas Legislativas)
- 14 Ministros de Estado e outras autoridades

b) Realização de 47 audiências com Chefes de Missões Diplomáticas e outras autoridades estrangeiras.

Viagens realizadas

V Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa

O presidente Aldo Rebelo viajou em abril de 2006 para Angola, onde participou do V Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa (FPLP). O fórum ocorreu em Luanda, capital angolana.

Aldo Rebelo, então presidente *pro tempore* do Fórum junto com o presidente do Senado, Renan Calheiros, passou o cargo ao presidente da Assembleia Nacional da República de Angola, Roberto Victor de Almeida. Durante o evento, Aldo apresentou aos parlamentares de língua portuguesa a página eletrônica do FPLP, desenvolvida pela Câmara dos Deputados para divulgar as atividades do Fórum e facilitar a integração entre os Parlamentos.

Na ocasião, o presidente da Câmara forneceu a todas as assembleias legislativas dos países de língua portuguesa o software do Sistema de Áudio da Câmara (SisAudio), que permite à população acompanhar as atividades parlamentares ao vivo pela internet. O equipamento necessário ao funcionamento do SisAudio foi doado por Portugal.

Além de Brasil e Angola, participaram do encontro representantes de Portugal, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. O único parlamento de língua portuguesa a não participar do V Fórum foi o de Cabo Verde, que estava apreciando o programa do governo recém-eleito naquele país.

Missão Oficial no Paraguai

Em maio de 2006, o presidente Aldo Rebelo viajou para Assunção, no Paraguai. Aldo Rebelo visitou o presidente do Paraguai, Nicanor Duarte Frutos; o presidente da Câmara dos Deputados do Paraguai, Victor Bogado; o presidente do Senado, Carlos Filizolla e a comunidade brasileira no Paraguai. O presidente da Câmara também deu uma palestra na Faculdade de Filosofia de Assunção sobre "Jornalismo e Política".

Durante a visita à Câmara paraguaia, Aldo Rebelo assinou um aditivo ao termo de cooperação firmado entre os parlamentos dos dois países. Com a nova versão do acordo, ficou permitida a cooperação e a troca de material produzido pelas Secretarias de Comunicação e Centros de Informática das duas Câmaras (brasileira e paraguaia), além de viabilização de treinamento de servidores.

O presidente Aldo Rebelo defendeu o fortalecimento do Mercosul e o aprofundamento das parcerias entre o Brasil, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai. Em encontro com o presidente Nicanor Duarte, foi discutida a necessidade de acelerar a votação, em ambos os países, do projeto relativo ao Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (Focem), assinado pelas nações do Mercosul.

Também ficou decidido que a Câmara do Paraguai, com a colaboração da brasileira, realizaria um seminário para debater o biodiesel.

Ainda durante a viagem, as câmaras de deputados do Brasil e do Paraguai se comprometeram a formar uma comissão para buscar soluções aos problemas dos migrantes dos dois países.

Primeira visita oficial ao Congresso americano

O presidente Aldo Rebelo realizou em maio de 2006 uma viagem de três dias aos Estados Unidos. Foi a primeira visita oficial de um presidente da Câmara dos Deputados do Brasil ao Congresso norte-americano. Com o objetivo de aproximar os dois Parlamentos, a viagem serviu para abrir um canal de comunicação para troca de informações entre os deputados do Brasil e dos EUA e para facilitar o entendimento sobre questões polêmicas.

Aldo foi recebido pelo presidente da Câmara dos Representantes, deputado Dennis Hastert. Na audiência, estavam presentes o presidente da Comissão de Relações Exteriores, deputado Henry Hyde, e o líder democrata na Comissão de Relações Exteriores da Casa dos Representantes, Tom Lantos. Eles discutiram mecanismos de intercâmbio de informações entre parlamentares brasileiros e norte-americanos.



Houve também um encontro com o presidente da subcomissão de assuntos Hemisféricos da Comissão de Relações Exteriores da Casa dos Representantes, deputado Dan Burton. Durante a reunião, foi debatida a necessidade de os parlamentos ajudarem a criar um acordo sobre os subsídios agrícolas, além das relações entre os Estados Unidos, o Brasil e os países da América do Sul e a democracia na região.

O presidente Aldo Rebelo proferiu palestra durante um café da manhã para 50 empresários na Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. Em um almoço, ele se encontrou com 20 investidores, acadêmicos e empresários interessados na situação política e econômica do Brasil. O encontro foi preparado pelo Conselho das Américas.

Durante a viagem também foi proposto o início da cooperação com a troca de informações sobre o programa do biodiesel brasileiro e ações para o combate ao narcotráfico.

Defesa do Mercosul na Argentina e no Uruguai

Em visita ao Parlamento argentino em maio de 2006, o presidente Aldo Rebelo defendeu o trabalho de consolidação do Mercosul e disse que os países que compõem o bloco - Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai - possuem os meios e as condições para superar os obstáculos.

O presidente da Câmara brasileira reuniu-se com o líder do governo na Câmara argentina, deputado do Partido Justicialista, Agustín Oscar Rossi. O deputado argentino afirmou que tem muita esperança na integração de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Para Aldo Rebelo, o grande desafio do Mercosul é criar um ambiente de segurança e confiança entre seus países membros.

O presidente Aldo foi recebido pelo presidente da República em exercício, senador Daniel Osvaldo Scioli, e pelo presidente do Senado. Ele apresentou uma palestra sobre 'Os desafios políticos da América do Sul', na Universidade Três de Fevereiro.

A visita ao Uruguai ocorreu na província de Durazno, em razão do mau tempo que impediu o pouso da aeronave na capital uruguaia. Na ocasião, ocorreu o II Fórum Parlamentar Ibero-americano, quando foi aprovado o estatuto de Montevideú, ratificado, em dezembro, pelo Congresso Nacional.

Para Aldo Rebelo, o grande desafio do Mercosul é criar um ambiente de segurança e confiança entre seus países membros.

Visitas recebidas

Entre as visitas recebidas durante a gestão do presidente Aldo Rebelo, destacam-se:

Aldo recebe presidente do Congresso do Equador

O presidente do Congresso do Equador, Wilfrido Lucero Bolaños, que participou da 5ª Conferência Ibero-Americana de Ciência e Tecnologia em Brasília, foi recebido pelo presidente Aldo Rebelo, em 30 de março de 2006, no gabinete da Presidência. Acompanharam a audiência o embaixador Eduardo Morando, a deputada equatoriana Sandra Sandoval e a ministra-conselheira Lurdes Puma.

Delegação paraguaia é recebida em plenário

O presidente Aldo Rebelo recebeu, em 6 de junho de 2006, no Plenário da Casa, o presidente da Câmara dos Deputados do Paraguai, Victor Alcides Bogado, que participava de reuniões em Brasília para estreitar relações entre os dois países. "Sua visita é importante para que as duas Casas sejam instrumentos da negociação e de acordos que conduzam nossos povos e nossos países a um processo de integração", disse Aldo.

A visita de Bogado foi uma retribuição à visita de Aldo ao Paraguai, quando participou da inauguração de uma rádio feita na câmara do país vizinho em cooperação com a Rádio Câmara.

Além de Bogado, estavam presentes Lino Miguel Agüero (2º vice-presidente da Câmara paraguaia), Oscar Silvero (presidente da Comissão Assessora de Relações Exteriores), Carlos Martínez (vice-presidente da Comissão Assessora de Relações Exteriores) e Benjamin Maciel (vice-presidente do Parlatino).

Câmara fecha acordo com Parlamento chinês

Os parlamentos do Brasil e da China assinaram em 30 de agosto de 2006 um memorando para o estabelecimento de um "mecanismo regular de intercâmbio" entre a Câmara dos Deputados e a Assembléia Popular Nacional Chinesa. O documento foi o primeiro que o país asiático assinou com um parceiro da América Latina e prevê, entre outras medidas, encontros anuais para analisar as relações bilaterais e os assuntos de interesse comum.



Para oficializar o acordo, o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, recebeu a visita do presidente do Comitê Permanente da Assembléia chinesa, Wu Bangguo. “O memorando oferece aos parlamentos perspectivas claras de cooperação”, declarou Aldo. “Brasil e China têm o desafio comum de servir de equilíbrio e de referência para o mundo”, acrescentou.

Responsabilidades

De acordo com o convênio firmado, Brasil e China concordam com as seguintes funções e responsabilidades:

- Trocar impressões sobre as relações bilaterais e assuntos importantes da agenda internacional e regional de interesse comum;
- Promover e organizar trocas de visitas de alto nível entre os dois parlamentos;
- Organizar e coordenar trocas de visitas, seminários e outras formas de intercâmbio entre comissões especiais, grupos de amizade e órgãos de trabalho das duas partes;
- Prestar apoio e serviços de consultoria para delegações das duas partes durante seus encontros e consultas em conferências internacionais; e
- Promover a troca de publicações, em particular sobre o desenvolvimento da democracia e respectivos sistemas jurídicos, de forma a fortalecer as comunicações, ampliar o conhecimento mútuo e possibilitar o aproveitamento das experiências úteis.

Além de defender uma atuação conjunta em defesa dos países em desenvolvimento nos fóruns internacionais, Wu Bangguo elogiou o estágio das relações bilaterais. Na ocasião, ele anunciou aos presidentes da Câmara e do Senado, Aldo Rebelo e Renan Calheiros, que a China vai comprar 100 aviões Embraer, além de assinar diversos outros acordos comerciais (a comitiva chinesa inclui 80 empresários).

A decisão ocorre depois de a Embraer montar uma fábrica em território chinês.

América Latina

A intenção de fechar o acordo com o parlamento brasileiro foi anunciada em setembro do ano passado, durante reunião de autoridades legislativas em Nova York, e é uma estratégia da China para fortalecer sua participação na América Latina. “O Brasil está na liderança da América Latina”, destacou Bangguo.

Além do Brasil, a Assembléia chinesa tem convênios semelhantes com os parlamentos dos Estados Unidos, da Rússia e da União Européia.

4.0 – Aconteceu na Câmara

Coleção *Conhecendo o Legislativo* explica a Câmara

A coleção *Conhecendo o Legislativo*, lançada pela Câmara dos Deputados em abril de 2005, tem como objetivo levar informações sobre o papel do Congresso Nacional e seu funcionamento para as milhares de pessoas que visitam a Casa. A publicação também se destina a estudantes e ao público em geral.

Os dois primeiros volumes lançados - *O que faz uma CPI* e *Como se fazem as Leis* - foram resultado de uma parceria entre o Centro de Documentação e Informação (Cedi), a Consultoria Legislativa e a Secretaria de Comunicação Social da Câmara (Secom). O projeto foi concebido a partir da percepção de que o público que visita o Congresso tem muito pouco conhecimento das atividades realizadas pelos parlamentares. A coleção explica, de maneira didática, temas que, mesmo sendo de interesse da população, não estão suficientemente claros. Muitos visitantes, por exemplo, não têm uma idéia clara a respeito da existência e das atribuições dos três poderes na República.

Câmara sedia Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA)

A Câmara dos Deputados e os parlamentares brasileiros foram inseridos no grande debate sobre as relações entre os países do continente, em maio de 2005, com a IV Assembleia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA).

Depois de muitas discussões, cem parlamentares de 20 países do continente, reunidos na Câmara dos Deputados para o encontro, manifestaram uma posição crítica à maneira como está sendo negociada a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Durante três dias, eles discutiram, além da Alca, outros dois temas que provocam polêmica no continente: a dívida externa e o terrorismo. O documento final do encontro foi enviado, na forma de uma recomendação formal, a todos os legislativos do continente.

O representante do Brasil no Fipa e eleito presidente da assembléia, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), disse ter restrições quanto à Alca por ela manter barreiras tarifárias e não-tarifárias e subsídios agrícolas que prejudicam o desenvolvimento dos países latino-americanos. No entanto, ele disse não aceitar as “posições ideológicas” dos deputados de Cuba e da Venezuela contra a área de livre comércio.

As negociações em torno da Alca envolvem interesses relativos a um mercado de US\$ 13 bilhões, distribuído por 34 países, onde vivem 800 milhões de pessoas. O tema não é consensual e provoca intensos debates em todos os países, já que envolve acordos sobre subsídios, comércio e serviços. Na abertura do encontro, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, defendeu a estratégia brasileira de negociar com reservas a Alca, diante da enorme diferença econômica em relação aos Estados Unidos.

Outro tema do encontro foi a dívida externa como fator condicionante do crescimento econômico e da qualidade de vida. A dívida externa da América Latina, em 2000, era de US\$ 760 bilhões e o nível de endividamento de alguns países é visto por muitos parlamentares como limitador do crescimento.

Parlamentares do mundo todo discutem inclusão digital na Câmara

Nos primeiros dias de junho de 2005, a Câmara sediou a 3ª Assembléia Geral da Associação Internacional de Parlamentares para a Tecnologia da Informação (Ipaait). Estiveram presentes, nas reuniões realizadas no auditório Nereu Ramos, delegações de países como Angola, Arábia Saudita, Argélia, Coréia do Sul, Finlândia, Honduras e Romênia. Nesse encontro ficou claro o abismo que separa ricos e pobres, incluídos e excluídos do mundo digital.

O deputado Luiz Piauhyllino (PDT-PE), que presidiu os trabalhos, disse que “o grande desafio dos parlamentares é buscar, rapidamente, incrementar o uso de ferramentas de tecnologia da informação para que esses países se nivelem no ingresso na era do conhecimento”.

Enquanto Finlândia e Coréia do Sul têm computadores conectados à internet em todas as escolas, Angola e Argélia lutam para implementar acessos em todas as suas províncias. Apenas 3% dos 12 milhões de habitantes de Angola têm acesso à internet. A Finlândia, por outro lado, preocupa-se com o fato de que “somente” 40% de seus habitantes (5 milhões) têm acesso de banda larga.

O responsável pela redação da carta final do encontro, deputado Philemon Rodrigues (PTB-PB), destacou a necessidade de as informações governamentais estarem acessíveis para que a população possa controlar os gastos públicos. Para o deputado Walter Pinheiro (PT-BA), que participou do painel sobre o papel do poder público na inclusão digital, uma nova luta de classes está sendo travada, desta vez “entre os que acessam e os que não têm direito de acessar a informação”.

O vice-presidente do Banco Mundial, Mohamed Mushin, também participou da Assembleia e afirmou que um dos pilares para a promoção do desenvolvimento econômico é a criação de um bom ambiente para investimentos. Ele citou a China e a Índia como exemplos de países que fazem uso agressivo da tecnologia da informação como instrumento de redução da pobreza e da fome.

A Associação Internacional de Parlamentares para a Tecnologia da Informação (Ipait) é uma instituição interparlamentar de âmbito mundial que tem por objetivo promover a cooperação multilateral na área das tecnologias da informação e comunicação. A assembleia inaugural da Ipait ocorreu em Seul, Coréia, em julho de 2002. A segunda foi em Bancoc, na Tailândia, em 2004, quando o Brasil foi acolhido como membro.

Portal da Câmara disponibiliza completa coleção de normas legais

A Câmara colocou à disposição do público, em novembro de 2005, o sistema Legislação Informatizada (Legin), serviço virtual que facilitou a busca e a recuperação de informações sobre a legislação federal brasileira.

O Legin conta com 215.512 normas, sendo 184.417 atos de legislação superior e 4.208 de legislação interna. Cerca de 80 mil normas estão em texto integral e correspondem ao período de 1968 a 2005. Atendendo a solicitação de usuários, foram incluídas algumas normas anteriores a 1900, de grande valor histórico. Entre estas figura a “Carta Régia de 22 de janeiro de 1808, que abre os portos do Brasil”, o “Decreto de 13/12/1889, que estabelece a República como regime de governo”, a “Lei nº 3.353 de 13/05/1888, que declara extinta a “excravidão no Brasil” e a “Lei nº 556, de 25/06/1850, que estabeleceu o “Código Commercial do Império do Brasil”.

O Sistema de Legislação Informatizada coloca à disposição dos pesquisadores diversas coleções de normas legais. A Coleção de Legislação Federal é uma base de dados com informações sobre Leis, Decretos, Decretos Legislativos, Decretos-Leis, Medidas Provisórias e outros diplomas legais surgidos depois de 1946.

A Coleção Legislação Interna, disponível somente na Intranet, é composta de atos normativos e administrativos da Câmara dos Deputados como Resoluções, Atos da Mesa, Portarias e Ordens de Serviço. As pesquisas no Sistema de Legislação Informatizada podem ser feitas buscando por coleção, tipo de norma, ano, origem e por assunto nos campos de ementa, indexação, texto na norma e no anexo.

O serviço disponibiliza ainda um Histórico da Medida Provisória em que constam edições anteriores e posteriores das MPs, assim como as revogações e conversões em lei. Mais informações pelo telefone (61) 3216-5717 ou pelo site da Câmara www.camara.gov.br, no link Legislação.

Câmara apóia parlamentos de países de língua portuguesa

A Câmara dos Deputados se tornou uma tradicional parceira dos países de língua portuguesa que pretendem alcançar nível de excelência na produção e divulgação de informações via Internet. Em dezembro de 2005, a Câmara firmou cooperação com a Assembleia Nacional Popular de Guiné-Bissau para o desenvolvimento de uma página virtual do parlamento desse país.

A proposta tinha sido formulada em julho de 2005, no VI Encontro dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa, realizado em São Tomé e Príncipe. A ajuda da Câmara, especialista na área, é bem-vinda por estes países, já que a complexidade do ambiente tecnológico necessário para a manutenção de sítios na Internet requer investimentos em infra-estrutura computacional e capacitação de recursos humanos.

O portal da Câmara é citado como exemplo de transparência e bom uso da internet. O sítio brasileiro disponibiliza informações completas a respeito do trabalho legislativo. No modelo de ajuda proposto, os parlamentos de língua portuguesa têm autonomia para definir o conteúdo dos portais, bem como para assumir o processo de atualização das informações.



O II Encontro dos Quadros de Informática dos Parlamentos de Língua Portuguesa, realizado na Câmara em novembro de 2005, reuniu representantes de Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Angola, Cabo Verde, Moçambique e Guiné-Bissau.

O Parlamento de Guiné-Bissau foi o primeiro a aceitar a oferta e o seu portal foi elaborado pelo Centro de Informática da Câmara. O usuário da internet que acessar o site do parlamento não verificará que as páginas estão hospedadas no Brasil, já que cada parlamento terá seu domínio de internet próprio (www.nomedoparlamento.gov.país).

Não foi a primeira vez que a Câmara disponibilizou sua experiência na área administrativa e gerencial para capacitar legislativos de outros países. Em agosto de 2005, uma delegação de 13 parlamentares e dois funcionários do Congresso Nacional do Timor Leste esteve em Brasília para levar ao país, recém-saído de um longo período sob domínio da Indonésia, subsídios e informações a respeito do funcionamento e estrutura do Poder Legislativo. Durante 20 dias, parlamentares e servidores do Congresso timorense participaram de palestras e visitaram diversos setores da Casa, dentro do programa de cooperação entre os dois parlamentos.

Parlamento Jovem se reúne em 2005 e 2006

78 estudantes representando os 27 estados da Federação simularam a atividade parlamentar durante os encontros.

O Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) se reuniu em 2005 e 2006, ocasiões em que 78 estudantes representando os 27 estados da Federação simularam a atividade parlamentar. Durante os encontros, os jovens, alunos do último ano do ensino médio, elegeram a Mesa Diretora, apresentaram, discutiram e votaram projetos de lei.

O Parlamento Jovem, criado em 2003 por iniciativa do deputado Lobbe Neto (PSDB-SP), tem Regimento Interno semelhante ao da Câmara, com regras para posse dos parlamentares, eleição de Mesa Diretora, formação de Colégio de Líderes e também para discussão e votação de matérias. O principal objetivo do evento é propiciar aos jovens a vivência da atividade parlamentar e mostrar a sua importância para o exercício da cidadania.

Pelas regras em vigor, os estados com maior bancada foram São Paulo, 11 deputados; Minas Gerais, 8; Rio de Janeiro,

7; Bahia, 6; Rio Grande do Sul, 5, e Pernambuco, 4. Onze estados foram representados, cada um, por apenas um deputado jovem.

Estes parlamentares jovens foram selecionados pelas secretarias estaduais de Educação entre alunos matriculados no ensino médio, com idade entre 16 e 22 anos, bom desempenho escolar e participação ativa em colegiado escolar ou em atividades de voluntariado.

Cada deputado jovem apresentou um projeto de lei. As propostas foram separadas nas seguintes áreas temáticas: Educação, Cultura, Esporte e Turismo; Saúde; Segurança Pública; Economia, Emprego e Defesa do Consumidor; Agricultura e Meio Ambiente.

Em 2005, o Parlamento Jovem Brasileiro se reuniu entre os dias 21 a 24 de novembro, no auditório Nereu Ramos. Em 2006, o encontro ocorreu entre 6 e 10 de novembro.

EcoCâmara vira referência em gestão ambiental

Em 2006, o Núcleo de Gestão Ambiental (EcoCâmara) da Câmara se consolidou como referência na preservação do meio ambiente entre os órgãos públicos do país. O EcoCâmara desenvolve projetos que minimizam o impacto ambiental da Câmara - em termos de papel, manutenção de jardins, gastos com energia e água, entre outros - mas sua influência vai muito além da Praça dos Três Poderes.

Em 2005, entre as iniciativas de destaque do núcleo estão a doação de pneus usados para a reciclagem, a parceria com instituições de saúde do Distrito Federal para tratamento de resíduos hospitalares e o trabalho conjunto com uma entidade formada por catadores de papel que atua na área de reciclagem.

Também mereceu especial destaque a realização de um teste pioneiro de redução da evaporação de água acumulada em reservatórios. A técnica foi testada no espelho d'água da Câmara entre 9 e 18 de setembro pelo pesquisador Marcos Gugliotti, que desenvolveu um produto que pode gerar grande economia de água em regiões assoladas pela seca. Ao final do experimento, que consistiu em cobrir a superfície do reservatório com uma fina película em forma de pó, o pesquisador verificou uma redução média de 30% na evaporação de água.

Uma das atuações mais constantes do Núcleo, criado em 2003, diz respeito à reciclagem de produtos descartados. Os pneus usados pelos veículos da Casa, anteriormente leiloados, passaram a ser doados para a reciclagem, por meio de convênio com a Associação Nacional das Indústrias de Pneumáticos (Anip). O primeiro lote, com 360 pneus, foi doado em agosto de 2005.

Outras ações desenvolvidas pelo EcoCâmara: treinamento dos servidores do Departamento Médico que reduziu o volume de resíduos hospitalares em 76%; processo de filtração da água do espelho d'água do Anexo I, que gerou economia de R\$ 10 mil em gastos com água; tratamento dos jardins que circundam os edifícios da Câmara sem o uso de agrotóxico, mas com adubo natural produzido em estufas existentes nos jardins; catalogação de todas as espécies vegetais e animais que estão em volta da Casa; e implantação de mecanismos de controle ambiental nas oficinas mecânicas da Câmara em convênio com empresa do ramo automotivo.

A atuação do EcoCâmara fez com que a Casa fosse considerada instituição modelo na implantação do plano de gerenciamento de resíduos proveniente dos serviços de saúde, problema particularmente grave no Distrito Federal.

Câmara promove seminário sobre a Voz do Brasil

A Câmara promoveu em março de 2006 o seminário "Voz do Brasil" para discutir a obrigatoriedade de transmissão do programa por todas as emissoras de rádio do País. O evento reuniu parlamentares, representantes de universidades, associações de emissoras e os responsáveis pela elaboração do programa de rádio Voz do Brasil nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

A obrigatoriedade de transmissão do programa, no ar desde 1935, é contestada pelas emissoras de rádio porque desrespeitaria a liberdade de comunicação e informação jornalística. Essa obrigatoriedade está prevista no Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4117/62).

Câmara discute criação de livro de registro das línguas

A Câmara realizou em março de 2006 seminário sobre a criação do livro de registro das línguas faladas no Brasil. Além do português, mais de 200 línguas estão em uso no País, incluindo 190 indígenas, 20 provenientes de imigração e a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Por meio do livro de registro, o Estado reconhecerá essas línguas como patrimônio cultural imaterial da Nação.

O presidente da Comissão de Educação e Cultura, deputado Paulo Delgado (PT-MG), ressaltou a importância do reconhecimento das línguas faladas no Brasil. Segundo Delgado, as línguas nativas, ao lado das línguas de imigração originadas do alemão, do italiano e do japonês, se juntam ao português falado no Brasil para formar um país plurilingüe. "Temos que reconhecer o patrimônio imaterial que essas línguas representam e valorizar os povos que as falam. A desigualdade lingüística contribui fortemente para a desigualdade econômica e social no País", afirmou Delgado.

O presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Luiz Fernando de Almeida, disse que o seminário sobre a criação do livro das línguas faladas no Brasil é um marco na preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. O presidente lamentou, porém, que as políticas públicas brasileiras tenham agido em sentido contrário, "buscando criar uma identidade nacional única, eliminando as diferenças culturais entre as comunidades".

Um dos autores do requerimento para a realização do seminário, o deputado Paulo Rubem Santiago (PT-PE) disse que a produção do livro de registros, a participação dos estados e municípios no Plano Nacional de Cultura e a difusão dos pontos de cultura em todo o País vão disseminar políticas de valorização da diversidade.

A Câmara, o Iphan e o Ipol fizeram uma aliança "imprescindível", completou Carlos Abicalil (PT-MT), também autor do pedido para o encontro. "O registro de línguas é aquilo que nos coloca na tênue linha divisória da história e da pré-história de nossos povos".

Exposição histórica lembrou o legado cultural de JK

A mostra *O Olhar Modernista de JK* levou a Brasília, entre 19 de abril a 7 de maio de 2006, os maiores nomes do modernismo brasileiro. A exposição foi resultado da parceria entre a Câmara dos Deputados e a Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), de São Paulo. O Salão Verde foi aberto, pela primeira vez, para uma mostra de arte e objetos cotidianos da Era JK. O evento marcou as comemorações dos 50 anos da posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República, os 30 anos de sua morte e os 46 da inauguração de Brasília.

A exposição foi uma remontagem da mostra *Arte Moderna 1944*, realizada em Belo Horizonte pelo então prefeito Juscelino Kubitschek e considerada o mais importante evento de artes plásticas no Brasil depois da Semana de Arte Moderna de 1922.

O público pôde ver obras de Anita Malfatti, Victor Brecheret, Di Cavalcanti, Djanira, Alfredo Volpi, Burle Marx, Portinari, Mário Zanini, Milton Dacosta, José Pancetti, Carlos Scliar, Heitor dos Prazeres, Enrico Bianco, Quirino Campofiorito, Tomás Santa Rosa e Lívio Abramo. Foram expostos, também, painéis com textos e imagens que destacam a biografia de JK e sua relação com a arte brasileira.



Imagens e peças de publicidade dos anos 1950/60 também foram expostas. O público viu filmes e imagens das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, que mostram o comportamento da sociedade brasileira neste período histórico. No mês da exposição, a Câmara recebeu um público recorde de quase 20 mil pessoas.

Câmara homenageia os construtores do Brasil

O presidente Aldo Rebelo inaugurou, em 27 de abril de 2006, a exposição permanente "Construtores do Brasil", com fotos e ilustrações de 25 pessoas que contribuíram para a formação política, histórica e geográfica do País. As imagens integram uma galeria permanente no gabinete da Presidência. A seleção dos personagens foi feita por Aldo Rebelo, que submeteu a lista a historiadores.

O que norteou a escolha foi o fato de as personalidades terem sido ativistas "em assuntos de Estado, na conquista do território, na moldagem da Nação, nas questões institucionais e nas lutas políticas e sociais que forjaram o País", explicou Aldo.

O deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) é tetraneto de um dos personagens da galeria - José Bonifácio de Andrada e Silva, que foi tutor do imperador D. Pedro I e é considerado o patrono da independência do Brasil. Ele também lutou pela libertação dos escravos e foi precursor na defesa do meio ambiente e da reforma agrária ainda no século 19. Segundo o parlamentar, esta é a primeira vez que seu antepassado recebe homenagem oficial de uma instituição pública brasileira.

Também estavam presentes à inauguração dom João de Orleans e Bragança, tetraneto de dom Pedro I e bisneto da princesa Isabel; e Ana Cristina Kubitschek Barbará Pereira, neta do ex-presidente Juscelino Kubitschek.



Anuário Estatístico detalha o trabalho legislativo

A Câmara dos Deputados lançou, em maio de 2006, o primeiro Anuário Estatístico do Processo Legislativo, produzido pelo Centro de Documentação e Informação (Cedi), com dados sobre as atividades do Plenário, das Comissões e dos deputados desenvolvidas durante o ano de 2005.

O Anuário mostra que, naquele ano, a Câmara manteve-se em atividade durante 214 dias úteis e realizou 333 sessões no Plenário, com média de comparecimento próximo de 80%. Com esta publicação, a Câmara colocou à disposição dos jornalistas, cientistas políticos e imensa base de dados para consultas e pesquisas mais aprofundadas sobre o desempenho da instituição e dos parlamentares.

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, afirmou, no texto de apresentação, que o Anuário “é parte da política de transparência da Casa”.

A publicação apresenta informações sobre as normas jurídicas geradas no período, os temas, as iniciativas e a tramitação dos diversos tipos de proposições. Dezenas de gráficos elaborados a partir de tabelas ou cruzamentos de tabelas tornam ao mesmo tempo sintéticas e mais abrangentes as informações compiladas.

Para o diretor do Centro de Documentação, Jorge Cartaxo, “a pesquisa dos dados técnicos, anteriormente dispersos, demandava muitas e muitas horas de trabalho de compilação e comparação. O Anuário facilita o acesso e constitui exemplo do tipo de inter-relação possível entre os órgãos técnicos da Casa e entre esta e a sociedade”.

Alguns dados do Anuário: em 2005 o Plenário apreciou 46 medidas provisórias, 97 projetos de decreto legislativo, 40 projetos de lei, 2 projetos de lei complementar, 6 projetos de lei complementar, 6 projetos de resolução e 27 propostas de emendas à Constituição. As comissões permanentes realizaram 276 audiências públicas, 53 seminários, 531 reuniões ordinárias deliberativas e ainda 90 outros eventos.

Conselho propõe mudança na política econômica do país

O Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados deu uma grande contribuição às discussões econômicas do país ao lançar, em maio de 2006, uma proposta de mudança na política econômica relacionada à taxas de juros, relação dívida/PIB e metas de inflação.

O estudo, coordenado pelo deputado Félix Mendonça (PFL-BA) e desenvolvido pelo consultor legislativo César Mattos, sugeriu ao governo federal a adoção de uma meta de relação dívida/PIB. Dessa forma, as metas de inflação e de superávit primário deixariam de ser os únicos objetivos a serem alcançados pela política econômica e os juros não poderiam ser aumentados sem que isso se refletisse nos outros dois indicadores.

A proposta obrigaria uma administração harmônica das taxas de juros com a política fiscal, já que eventuais elevações da Selic fariam com que a relação dívida/PIB também aumentasse. O estudo concluiu que se a meta de relação dívida/PIB for adotada, surge uma nova equação: a política de taxa de juros não poderia desconsiderar seus efeitos sobre a relação dívida/PIB.

“A autoridade monetária, representada pelo Banco Central, ficaria responsável pela condução da política monetária, calibrando a taxa de juros de forma não apenas consistente com a meta de inflação, mas também com a meta definida de relação dívida/PIB”. Por esse raciocínio, o superávit primário deixa de ser uma meta e passa a ser instrumento.



O estudo, com 188 páginas, contém fundamentos teóricos e acadêmicos e faz um histórico da evolução da dívida pública e tem ainda artigos dos deputados Delfim Netto (PP-SP) e Yeda Crusius (PSDB-RS) e dos economistas João Sayad, Yoshiaki Nakano, Ilan Goldfajn, Carlos Kawall Ferreira, Adriana Beltrão Dupita, Márcio Garcia, Roberto Rigobon e José Antônio Gragnani.

Constituição para ouvir

A Câmara lançou em dezembro de 2006 a Constituição em áudio. Incluindo os Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, a Carta Magna foi transformada pela Rádio Câmara em áudio, produto destinado principalmente aos deficientes visuais. Para se ouvir todo o texto, que tem 351 artigos (257 da Constituição e 94 das Disposições Transitórias), são necessárias 17 horas de escuta. "Todo o trabalho foi desenvolvido para possibilitar ao portador de deficiência visual a montagem de um texto em sua memória", disse o diretor da Rádio Câmara, Humberto Martins.

A gravação foi facilitada pela experiência anterior da Rádio na adaptação de obras literárias para o Clube do Ledor do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais, localizado em Brasília. O texto foi gravado em 355 faixas sonoras. Cada artigo ficou em uma trilha independente. Assim, ficou fácil encontrar determinado Título, Capítulo, Seção ou Subseção da Constituição abrindo a página da Câmara na Internet, onde um programa de computador facilita a busca.

Invasão na Câmara causa tumulto e deixa 24 feridos

Depredação, pânico e 24 pessoas feridas, uma delas em estado grave, foram o saldo deixado no dia 6 de junho de 2006 na Câmara dos Deputados pela invasão de cerca de 400 manifestantes do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), uma dissidência do MST.

Depois de virarem um automóvel Fiat Uno no estacionamento do Anexo II, os manifestantes, munidos de paus e pedras invadiram a Câmara destruindo portas de vidro, vários equipamentos, postos informatizados de atendimento ao público e uma exposição do Eco-Câmara. O grupo ocupou o Salão Verde por pouco mais de uma hora.

Os feridos - servidores, funcionários terceirizados da recepção, policiais militares e do Depol, e sem-terra - foram atendidos no ambulatório do Departamento Médico. O caso mais grave foi o do operador de Apoio Logístico do Depol, Normando Fernandes, que foi internado na UTI de um hospital de Brasília em razão de afundamento craniano frontal esquerdo e edema cerebral.

Em discursos no Plenário, líderes de todos os partidos condenaram a invasão do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) à Câmara e pediram punição enérgica dos responsáveis pelos atos de violência.

Câmara corta 49% dos CNES e restringe contratações

A Mesa Diretora da Câmara aprovou em 12 de setembro de 2006, por unanimidade, ato que extinguiu 49% dos cargos de natureza especial (CNES). De um total de 2.365 servidores, 1.163 perderam seus cargos.

O ato também proibiu a contratação de CNES para desempenhar função fora de Brasília e em gabinetes parlamentares, e vedou a contratação de parentes de primeiro e segundo graus de parlamentares e servidores da Câmara. Também ficou proibida a cessão de ocupantes desses cargos para desempenhar função em órgão externo à Câmara. Os funcionários que continuaram com seus cargos ficaram obrigados a assinar folha de ponto diariamente, para atestar a frequência.

Para a redução do número de CNES, a Mesa e a Diretoria-Geral da Câmara fizeram um redimensionamento das necessidades desses serviços, que são, na prática, cargos de confiança.

Dos 1.202 CNES mantidos pelo ato, 145 foram lotados em departamentos e coordenações da estrutura administrativa da Casa. Gradualmente, os ocupantes dos cargos serão substituídos por servidores concursados.

Câmara apóia VI Congresso Brasileiro de Comunicação no Serviço Público

O VI Congresso Brasileiro de Comunicação no Serviço Público, realizado no auditório Nereu Ramos em 12 de setembro de 2006, contou com o apoio da Câmara dos Deputados. Promovido pela empresa Mega Brasil Comunicação em parceria com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), do Conselho Federal de Relações Públicas, da Associação Brasileira das Agências de Comunicação e da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, o evento teve como tema central a comunicação nos Três Poderes.

Ao abrir o congresso, o presidente Aldo Rebelo assinalou que a comunicação no serviço público se distingue da “comunicação como objeto do mercado” porque não busca ampliar o patrimônio de empresas ou de grupos econômicos, nem se guia pelos mesmos valores. Dessa forma, ressaltou Aldo, a comunicação no serviço público não pode estar subordinada aos limites impostos pelo mercado ao jornalismo privado, pois deve ter como base a busca do interesse público e se pautar pela impessoalidade e pela publicidade.

Aldo lembrou que o Jornal da Câmara, a Agência Câmara de Notícias, a TV e a Rádio Câmara são instrumentos importantes que têm a responsabilidade de oferecer, à população brasileira, informações sobre uma instituição cujos integrantes são todos eleitos pelo povo.

A multiplicação das emissoras de TV legislativas - além da Câmara e do Senado, outras 17 emissoras foram criadas em assembleias estaduais e 35 em câmaras municipais - indica que a comunicação pública cresce em proporção direta ao aumento da democracia e da participação da cidadania nas decisões coletivas. Essa foi uma das tônicas do 6º Congresso Brasileiro de Comunicação no Serviço Público na Câmara dos Deputados.

Durante o congresso, o diretor da Secretaria de Comunicação da Câmara, William França, apontou o grande dilema do profissional que atua no setor público: “Quem é o patrão?” Para ele, o cidadão é o cliente e também o patrão. “A comunicação produzida em uma instituição como a Câmara tem de ser plural e transparente, e o critério editorial para a cobertura é sempre o interesse público”. Segundo William França, o objetivo do trabalho da Secom é mostrar à população o que se passa na Casa, de forma direta e isenta, contribuindo para dar transparência ao trabalho legislativo.



Crianças realizam sessão plenária para lançar o novo Plenarinho

Uma sessão presidida por uma criança, realizada no Plenário da Câmara dia 24 de outubro de 2006, lançou a nova versão do sítio infantil Plenarinho (www.plenarinho.gov.br), o principal canal de interação entre a Câmara dos Deputados e o universo infantil. O evento teve todos os ingredientes de uma sessão de verdade, com direito até a votação de projetos e assessoria do secretário-geral da Mesa da Câmara, Mozart Vianna.

A sessão foi aberta pelo presidente da Câmara, Aldo Rebelo, que destacou a importância de fazer com que as crianças do Brasil compreendam o funcionamento das instituições e aprendam, ainda cedo, o sentido da responsabilidade de cada brasileiro para com o país.

Durante a sessão especial foram discutidos e votados, utilizando-se o Sistema Eletrônico de Votação da Câmara (bancadas e painel) três projetos selecionados pela equipe do Plenarinho. O projeto apresentado por Pedro Augusto Barbosa, 9 anos, de Natal (RN), garante às crianças que vivem em abrigos beneficentes a prioridade de matrícula na escola pública.

Os alunos da 4ª série de uma escola municipal de Barra do Chapéu (SP) apresentaram projeto dispendo que “todo brasileiro tem direito a saneamento básico” e a estudante Mariana Schmidt, 12 anos, de Florianópolis (SC), sócia do Clube Plenarinho, apresentou proposta estabelecendo que “as escolas públicas ministrarão, uma vez por semana, aulas de cidadania”.

As três propostas foram aprovadas por 334 deputados mirins e enviadas pelo presidente da Câmara às comissões permanentes da Casa, onde podem vir a ter tramitação normal e até chegar a virar lei - desde que assinadas por algum deputado. A votação aconteceu como nas sessões normais, com verificação de quorum, questões de ordem, breves comunicações, encaminhamento de votação e proclamação do resultado.

Com navegação facilitada, novas seções e mais áreas de diversão para a garotada (jogos, histórias animadas, música, cartões virtuais, papel de parede e dicas para a criação de brinquedos), o sítio infantil leva a seu público (de 7 a 12 anos de idade) informações consistentes sobre política, democracia, cidadania, processo legislativo e atuação parlamentar.

O portal fornece ainda subsídios para pesquisas e notícias que tratam sobre assuntos diversos, como história do Brasil, dos parlamentos, saúde, educação, cultura e meio ambiente. Tudo muito ilustrado e colorido para atrair as crianças e inseri-las no contexto da democracia.

Para facilitar ainda mais a identificação entre a Câmara e o público alvo, o portal conta com a Turma do Plenarinho, composta por sete simpáticos personagens: Zé Plenarinho e Legis (deputados); Xereta (repórter); Edu Coruja (professor); Cida; Adão e Vital.

Agência Câmara reformula site

A Agência Câmara inaugurou em 21 de novembro de 2006 seu novo site, que marcou o início das comemorações pela divulgação de 100 mil notícias desde que entrou no ar, em junho de 2000. Para marcar a data, a Agência promoveu bate-papo com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, com tema livre. A conversa com os internautas teve uma hora de duração.

O novo site da Agência Câmara apresenta as informações de maneira mais funcional, para facilitar o acesso dos internautas às principais notícias do dia. Na nova configuração, as notícias em destaque serão atualizadas em tempo real e exibidas acima das demais notícias, que vêm em ordem cronológica.

A Agência oferece ao usuário diversos serviços, além do acompanhamento em tempo real dos principais fatos do dia: Boletim eletrônico; Bate-papo; Enquetes; Agendas do dia e da semana.

A Agência também divulga os projetos de lei apresentados pelos deputados e acompanha a sua tramitação, até que sejam definitivamente aprovados ou rejeitados. Nessas notícias, oferece uma ferramenta para que o leitor possa comentar o teor de cada proposta com os deputados relacionados ao tema - como autor e relator. Há também reportagens especiais sobre grandes temas em debate na Câmara.

Votação Eletrônica é instituída

Em 29 de novembro de 2006, a Mesa Diretora aprovou urna eletrônica para as votações secretas na Câmara dos Deputados. O uso do novo sistema, desenvolvido pelo Centro de Informática (Cenin), aposenta as votações por meio de cédulas impressas. A previsão é que as urnas eletrônicas sejam usadas na eleição da futura Mesa Diretora - prevista para 1º de fevereiro de 2007.



O novo sistema vai dinamizar e otimizar as votações da Casa. Serão usados microcomputadores com telas sensíveis ao toque (touch screen) e autenticadores biométricos iguais aos dos postos de votações. Essa urna, integrada ao sistema de segurança rigoroso do Painel Eletrônico, garantirá velocidade na apuração, sigilo absoluto do voto e precisão no resultado de todos os tipos de eleições e votações secretas.

Votações secretas por meio de sistema eletrônico já estavam previstas desde 1995. As urnas eletrônicas serão instaladas estrategicamente dentro do Plenário. Todas elas terão proteção de cabines para maior privacidade do parlamentar.



Ariano Suassuna estréia o programa Personalidade

Em 20 de novembro de 2006, a Câmara lança o projeto "Personalidade". O dramaturgo e escritor Ariano Suassuna foi o primeiro entrevistado. Para marcar o lançamento, o próprio Ariano ministrou uma de suas aulas-espetáculo no auditório Nereu Ramos da Câmara. A aula-espetáculo, gratuita e aberta ao público, contou com a presença de mais de 350 pessoas.

A entrevista com o escritor rendeu um programa de uma hora de duração e foi ao ar, pela TV Câmara, em 26 de novembro de 2006. A proposta do programa é discutir a sociedade brasileira a partir de personalidades de renome nacional.

TV Câmara: transparência até nas instalações

A TV Câmara inaugurou em suas novas instalações 29 novembro de 2006 - um projeto de três anos baseado na filosofia da emissora: a transparência. Através de uma parede de vidro, quem estiver na Câmara dos Deputados passou a presenciar a atividade dos jornalistas e a transmissão, ao vivo, do telejornal *Câmara Hoje* - exibido às 21h.

As novas instalações custaram R\$ 2,29 milhões e foram um marco na história da TV Câmara, criada há oito anos com a finalidade de divulgar o que se passa no Legislativo. O veículo se consolidou, neste período, como uma emissora pública que discute os grandes temas nacionais a partir da Câmara dos Deputados.



A TV Câmara faz parte de uma rede de comunicação pública pautada pelos interesses do cidadão, em que se destacam parcerias com outras TVs, como as emissoras das assembleias legislativas estaduais, a TV Senado e a Radiobrás - sem contar entidades como a Unesco.

As novas instalações, com 410 m², reúnem em um único complexo a redação - acoplada à bancada de apresentação do *Câmara Hoje* -, o estúdio de gravações, as ilhas de edição, além de espaço destinado à área administrativa e aos diversos núcleos de produção da emissora. O projeto segue a tendência da maioria dos canais informativos do mundo e contou com projetos de dois dos profissionais mais requisitados do setor, o *designer* Ucho Carvalho e o *lightning designer* Peter Gasper.

Ucho Carvalho assina o projeto de redações e cenários de emissoras como a Rede Globo (Jornal da Globo), o canal de informações GNT (da GloboSat) e o iG Studios (produtora de TV para a Internet). Peter Gasper, alemão radicado no Brasil há 49 anos, começou a carreira como cenógrafo em 1961 e tem passagens pela Atlântica Cinematográfica e as TVs Rio, Continental, Tupi, Excelsior, Manchete, Bandeirantes e SBT.

Além disso, são dele os projetos de iluminação da Catedral de Brasília, da Praça dos Três Poderes, do Congresso Nacional (DF), do Museu de Arte Contemporânea em Niterói (RJ), das obras de Aleijadinho em Congonhas (MG), além de outros. Durante 12 anos, trabalhou como diretor de fotografia da Rede Globo.

Congresso, STF e Radiobrás fazem parceria para instalar TV Digital

Durante a inauguração das novas instalações da TV Câmara, em 29 de novembro de 2006, os presidentes da Câmara, Aldo Rebelo; do Senado, Renan Calheiros; do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie; e da Radiobrás, Eugenio Bucci, assinaram protocolo de intenções que estabelece uma parceria das quatro instituições na implantação do padrão brasileiro de televisão digital em suas respectivas emissoras - TV Câmara, TV Senado, TV Justiça, além das TVs Nacional, Brasil e NBR.

O acordo abrangerá, principalmente, o intercâmbio de conhecimentos, o treinamento de pessoal, a integração de plataformas de produção de conteúdo e de geração, e o compartilhamento da infra-estrutura de transmissão.

Aula magna inaugura pós-graduação na Câmara

Foi realizada em 11 de dezembro de 2006, no auditório Nereu Ramos, a aula magna de abertura do programa de mestrado e doutorado do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara, em convênio com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) da Universidade Cândido Mendes. O diretor do programa, professor Jairo Nicolau, do Iuperj, afirmou que a instituição se sente honrada na parceria com a Câmara, que classificou como “uma iniciativa ousada”.

O Iuperj, segundo o professor, é uma entidade privada, mas oferece ensino público por meio de bolsas de estudos, nos níveis de mestrado e doutorado, em sociologia e em ciência política. A instituição, disse Nicolau, já formou mais de 500 mestres e um número superior a 200 doutores.

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, disse que, ao promover uma iniciativa como esta, “a Câmara cuida de algo insubstituível: a elevação permanente da qualidade do corpo de servidores”. Trinta servidores foram selecionados - vinte deles estão cursando o mestrado e 10, o doutorado.

O diretor-geral da Câmara, Sérgio Sampaio, afirmou que o objetivo desse curso, e do próprio CEFOR, é “proporcionar a formação para que os servidores melhor executem as tarefas cotidianas e possam refletir sobre as instituições políticas”.

Câmara faz exposição na UnB sobre 117 anos da República

A Câmara dos Deputados promoveu na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB), de dezembro de 2006 a janeiro de 2007, a exposição “República: sua construção passa pelo Legislativo”, composta por 52 painéis com a linha do tempo e a história das diversas constituições elaboradas no período republicano do País. O objetivo foi mostrar como foi construída a República no País, passando pelos diversos momentos de recuos e avanços democráticos, sempre com a participação do Poder Legislativo.

Fizeram parte da exposição documentos oficiais, fotografias de personalidades, de ações de movimentos sociais, reproduções de páginas de jornais e manifestos políticos.

A mostra destacou o ano de 1891, quando o Brasil adota sua primeira Constituição republicana. Nela, os senadores vitalícios deixam de existir e o mandato é reduzido para nove anos. Na Câmara, os deputados passam a ter mandato de três anos e o regime é definido como presidencialista, com eleição direta do presidente da República.

A exposição mostrou, ainda, a primeira década da República como período de muitos conflitos, quando a Câmara e o Senado foram fechados em diversas oportunidades.



5.0 - Serviços

Toda a sociedade pode manter-se informada sobre o que acontece na Câmara dos Deputados pelos seguintes canais: telefone, fax, carta, e-mail, site da Agência Câmara ou pela TV e Rádio Câmara.

Câmara dos Deputados

Palácio do Congresso Nacional

Edifício Principal - Praça dos Três Poderes - 70160-900 - Brasília - DF

www.camara.gov.br

Central Telefônica:

(61) 3216-0000

Secretaria-Geral da Mesa:

(61) 3216-1000

Central de Comunicação Interativa (Disque-Câmara):

0800.619.619,

Horário: das 8h às 18h, de 2ª a 6ª

E-mail: cidadao@camara.gov.br

Secretaria de Comunicação Social:

(61) 3216-1500

E-mail: imprensa@camara.gov.br

Agência Câmara:

(61) 3216-1852

E-mail: agenciacamara@camara.gov.br

Jornal da Câmara:

(61) 3216-1660

E-mail: jornal@camara.gov.br

TV Câmara:

(61) 3216-1615

E-mail: tv@camara.gov.br

Rádio Câmara:

(61) 3216-1700

E-mail: radio@camara.gov.br

Visitação:

(61) 3216-1771 e (61) 3216-1772

Fax: (61) 3216-1773

E-mail: visitas@camara.gov.br

Horários: Diariamente, incluindo finais de semana e feriados, das 9h às 17h

Ouvidoria Parlamentar:

(61) 3215-8503

E-mail: ouvidoria@camara.gov.br

Outros serviços

Auditório Nereu Ramos:

(61) 3216-4260

Biblioteca:

(61) 3216-5726

Central de Atendimento do Centro de Documentação e Informação (Cedi):

(61) 3216-5777/5778

Departamento de Polícia

Legislativa:

(61) 3216-2900

Departamento Médico:

(61) 3216-7952 (Enfermagem);

(61) 3216-7776 (Emergência)

Diretoria Geral:

(61) 3216-2001

Diretoria Legislativa:

(61) 3216-5000

Serviço de CPIs:

(61) 3216-6252

Expediente

EXPEDIENTE CÂMARA DOS DEPUTADOS

52ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa

MESA

Presidente

SEVERINO CAVALCANTI - PP/PE - De 15 de fevereiro a 21 de setembro de 2005

Presidente

ALDO REBELO - PC do B/SP - De 28 de setembro de 2005 a 31 de janeiro de 2007

Primeiro Vice-Presidente

JOSÉ THOMAZ NONÔ - PFL/AL

Segundo Vice-Presidente

CIRO NOGUEIRA - PP/PI

Primeiro-Secretário

INOCÊNCIO OLIVEIRA - PL/PE

Segundo-Secretário

NILTON CAPIXABA - PTB/RO

Terceiro-Secretário

EDUARDO GOMES - PSDB/TO

Quarto-Secretário

JOÃO CALDAS - PL/AL

Suplentes de Secretários

1º - GIVALDO CARIMBÃO - PSB/AL

2º - JORGE ALBERTO - PMDB/SE

3º - GERALDO RESENDE - PPS/MS

4º - MÁRIO HERINGER - PDT/MG

Diretor-Geral

SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA

Secretário-Geral da Mesa

MOZART VIANNA DE PAIVA

Secretário de Comunicação Social

WILLIAM FRANÇA

Pesquisa, elaboração, redação e edição:

LILIAN DAHER E RAFAELA CEO

Diagramação:

JOSÉ ANTÔNIO FILHO E RENATO PALET

Fotos:

SERVIÇO FOTOGRÁFICO